



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- No dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, teve lugar no Solar do Vinho do Dão, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor Paulo Jorge de Almeida Pereira, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e trinta e um minutos, tendo-se verificado a falta da Senhora Deputada Municipal Ana Paula dos Reis Madeira (justificada), do Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves (justificada) e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France Fernando Martins Machado (justificada).-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, O Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Já está verificada a existência de quórum pelo registo de presenças que já foi efetuado, e por isso estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu.-----

Esta Sessão foi convocada para hoje, foi requerida pelo Senhor Presidente da Câmara nos termos nos termos do n.º 1 do art.º 28.º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro conjugado com o n.º 1 do art.º 30º do Regimento, em virtude da urgência das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal na sua reunião de 10 de janeiro de 2019 e que carecem de deliberação da Assembleia Municipal.-----

Recorda-se também que tratando-se de uma sessão extraordinária não haverá por isso Período Antes da Ordem do Dia.-----

Informamos que:-----

Em resposta à convocatória para esta sessão extraordinária recebemos diversas comunicações de indisponibilidade de presença nesta sessão e vários pedidos de substituição.-----

No período de 17 de janeiro a 1 de fevereiro, o Deputado Municipal José Hélder do Amaral do CDS é substituído, por Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva;-----

O Deputado Municipal da CDU Francisco Manuel de Almeida é substituído, nesta sessão, por Maria Filomena de Matos Pires;-----

A Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes do PSD é substituída, nesta sessão, por Ana Paula dos Reis Madeira;-----

A Deputada Municipal Rosa Filomena Brás Monteiro Lopes do PS é substituída, nesta sessão, por Manuel José Moleiro Mirandez;-----

O Deputado Municipal Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro do PS é substituído, nesta sessão, por Sara Natacha de Sousa Calhau;-----

O Deputado Municipal Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque do PS é substituído, nesta sessão, por Rui António da Cruz Martins;-----

A Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita do PSD é substituída, nesta sessão, por Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu, Diamantino Amaral dos Santos, informou que se faz substituir nesta sessão por Francisco José Oliveira Cunha Marques, a quem damos as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal;-----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mundão, Liliana Natércia dos Santos Tavares, informou que se faz substituir nesta sessão por Luís Carvalho Duarte, a quem damos também as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal;-----

Também a Senhora Vereadora do PS Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva informou que não lhe é possível estar presente.-----

Antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, recordo aos membros da Assembleia Municipal da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, que, no seu Artigo 15.º determina que:-----

“Quando os processos devem ser instruídos com deliberações de órgãos colegiais, deve ser remetida cópia da ata da reunião do órgão em que foi tomada, devendo o documento conter a clara identificação dos membros presentes, bem como a menção da data da reunião e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto.---

Assim, alertam-se todos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência na sala durante os trabalhos principalmente no período de votações.-----

Também, antes de iniciarmos a apreciação dos pontos que estão agendados propomos que:-----

Para efeitos de execução imediata, as deliberações sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Em relação a esta proposta de aprovação em minuta, quem vota contra? Quem se abstém? Por isso foi aprovada por unanimidade.-----

Os documentos em apreciação foram todos colocados à disposição de todos os membros da Assembleia Municipal, pelo que estamos em condições de iniciar os trabalhos.-----

Dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar dos pontos da Ordem de Trabalhos. Antes disso, fazia uma proposta à Assembleia que, atendendo que os assuntos estão relacionados propunha que os pontos um (1) a onze (11) da Ordem de Trabalhos sejam apresentados e apreciados em conjunto e votados separadamente, ou seja, os pontos um (1) a onze (11) fossem apresentados e apreciados em conjunto e votados separadamente. Em relação a esta proposta: Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso foi aprovada por unanimidade.-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os PONTOS UM (1) a ONZE (11). Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

---- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Senhor Presidente e a Digníssima Mesa, cumprimento o Senhor Vice-Presidente a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, cumprimento as Senhoras e os Senhores Membros da Assembleia Municipal, cumprimento as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, cumprimento também o Público e a Comunicação Social, e prestava, para além desta saudação de abertura duas notas prévias: Uma para chamar atenção de que o Município de Viseu desde o dia 1 de janeiro que deixou de usar plástico, mesmo nas reuniões substituímos as garrafas de água plástico por água dos Serviços Municipalizados que é de facto uma água de muito boa qualidade e procuramos por isso começar a antecipar aquele que é o objetivo de ir abolindo o plástico que tantos transtornos traz do ponto de vista ambiental, e gostava também de saudar a Assembleia que sendo um órgão autónomo também ter adotado desde já esta prática que acaba por ser simbólica mas importante.-----

Segunda nota prévia. Independentemente do gosto que tenho de estar aqui convosco a debater, até porque gosto de debater e do contraditório, esta era claramente uma Assembleia Municipal escusada, não deveria estar a existir se efetivamente as coisas tivessem corrido com a normalidade que deveriam ter decorrido. A Lei de Bases sobre a Descentralização previa que até ao final da Sessão Legislativa que terminou, até ao dia 15 de julho tivessem sido concluídos todos os processos legislativos, e se o processo legislativo tivesse concluído até ao dia 15 de julho, as Assembleias Municipais, os Executivos, os Municípios teriam que tomar posição sobre as matérias aprovadas até ao dia 15 de setembro, o que permitiria que todo este processo

desenvolvido tivesse tido o seu início no dia 1 de janeiro deste ano. Infelizmente não aconteceu, a verdade é que, na minha qualidade de Presidente da Câmara mas também na minha qualidade de Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, acompanho este processo há 3 anos, com muitos avanços e recuos, muita ambição em determinadas matérias, depois recuos quanto à questão da ambição, e sobretudo uma pedra de toque que é sempre aquilo que nos faz discordar, é que nunca tivemos acesso, andámos meses a fio a perguntar ao governo, então dêem-nos os mapas da despesa em cada um dos setores para conhecermos efetivamente a dimensão da descentralização de competências, e isso foi sendo protelado, e ainda hoje não conhecemos com clareza aquilo que são os montantes, por exemplo em setores tão críticos como a Educação e como seja por exemplo também a Área da Saúde, que são os dois setores onde podemos estar a falar de valores mais significativos. Por outro lado, nunca se chegou a uma situação de o governo dizer quais seriam os montantes que cada município poderia receber em relação a cada uma das matérias da descentralização de competências, e portanto, se hoje estamos aqui a fazer isto, é porque há aqui alguma falta de senso político na forma como se tem abordado este processo. Este processo é demasiado importante para ser abordado assim, se não reparem, nós podemos hoje estar aqui em Assembleia extraordinária e daqui a poucos dias voltarmos aqui outra vez em Assembleia extraordinária para votarmos mais outras matérias, voltarmos aqui em abril para votarmos outras matérias e reparem que até abril estaremos a decidir matérias que têm a ver com o ano de 2019 que já está em curso. Nós iremos estar a decidir sobre matérias do ano de 2019 quando o ano já estará quase a meio, e caricato dos caricatos, podemos estar em junho e teremos que decidir sobre o que é que vamos fazer em 2020, portanto, há aqui claramente um paradoxo do ponto de vista da condução política deste processo, que do meu ponto de vista absolutamente errada e que devia ter sido tratada de outra maneira.

Uma segunda nota, o que eu gostava de dizer é: Eu acompanho este processo há mais de 3 anos e estou completamente de acordo com ele, eu acho que, nós municípios fazemos muito melhor como também quando fazemos a descentralização de competências e delegação de competências nas juntas de freguesia, as juntas de freguesia fazem melhor, aliás, dentro de dias iremos assinar os contratos de delegação de competências para este ano e já o fazemos desde que entrei na câmara, há cinco anos consecutivos que o fazemos, a decisão na proximidade é muito mais eficaz e poupa recursos às pessoas, agora, um processo de descentralização e gostava também de fazer esse ponto prévio tem que ter na sua base o seguinte: É melhor para os cidadãos ou não é melhor para os cidadãos? É feito com mais eficácia ou é feito com menos eficácia? Isto é o que deve estar na base do raciocínio. Por outro lado eu acho que este processo de descentralização tem logo um pecado capital que é, não se ter discutido a forma da Organização do Estado, isto é, nunca nenhum governo deveria ter avançado para um processo de descentralização sem apresentar primeiro um desenho de como é que é a repartição de competências entre a Administração Central, a Administração Local, a Administração desconcentrada ou mesmo descentralizada e acho que isto deveria ser o ponto de partida. Independentemente desse pecado capital também acho que este momento não se podia desperdiçar, não se podia desperdiçar, e como eu tenho dito, os astros estavam alinhados, havia um governo, honra seja feita, com vontade de fazer o processo, de iniciar o processo de descentralização de competências, havia o primeiro partido, que no fundo é o maior partido nacional que não está no governo, o PSD, disponível para poder colaborar no processo, depois havia uma Associação Nacional de Municípios perfeitamente receptiva, aliás, desde sempre que faz parte daquilo que são os seus objetivos para cada ano, a Associação Nacional das Freguesias também perfeitamente alinhada e ainda a acrescentar a isto um Presidente da República perfeitamente determinado a ser ele próprio um impulsionador do processo de descentralização, portanto, estes momentos políticos nem sempre acontecem, enfim no conspecto da política nacional, e portanto, havia que aproveitar exatamente esta oportunidade, portanto, desse ponto de vista eu acho que a Associação Nacional de Municípios não podia deixar de fazer o que fez, de estar, alinhar, participar em todas as reuniões de grupos de trabalho e procurar levar o processo até ao fim, e mesmo que nalguns casos discorde porque

queria ir mais longe, ou porque a metodologia não seria bem aquela, acho que foi importante que em sede da Associação Nacional de Municípios tivéssemos procurado consensualizar e chegar a estes mais de vinte diplomas que agora estão a ser objeto dos quais hoje nos vamos pronunciar sobre onze. A verdade que, em sede de Direção da Associação Nacional de Municípios chegámos a uma consensualização quase total à exceção do elemento representante do Partido Comunista que efetivamente votou contra em cada uma destas matérias, mas, realçava que independentemente de ter votado contra colaborou dia-a-dia em cada uma das reuniões para poder ajudar a melhorar os documentos e participou comigo em muitas das reuniões com o governo sempre de uma forma empenhada, portanto é justo verificar, e verificar também que a Casa do Poder Local continua a ser uma casa plural onde os partidos deixam a “partidarite” lá fora e discutem, abertamente, no fundo somos todos autarcas todos comprometidos com as mesmas necessidades.

Feito este ponto de situação vamos aquilo que nos traz hoje aqui. Estamos a falar de onze diplomas que estamos hoje aqui a abordar e estamos a falar de um percurso que fizemos, e é preciso que os Senhores Deputados desde já assumam o seguinte: Este é um processo gradual, a própria Lei o define, a própria Lei desde o início que diz que este é um processo gradual, e mais, num acordo que foi feito a própria Lei diz que este processo só entra em vigor depois de serem consensualizadas todas as matérias, a verdade é que ainda não estão consensualizadas todas as matérias, falta ainda consensualizar o diploma sobre as freguesias, esse diploma ainda não teve da parte da Associação Nacional de Municípios o acordo, o que significa que mesmo a própria aplicação prática da Lei ainda está neste momento muito longe de atingir a plenitude. Ora bem, para além disso a própria Lei define que este processo é gradual. Se a Lei quisesse que o processo entrasse em vigor já, estava lá, a verdade é que a Lei define que, municípios e comunidades intermunicipais poderão decidir aceitar ou não aceitar esta delegação de competências para o ano de 2019, para este ano que está em curso, outros municípios poderão aceitar e dizer assim, só aceitamos no ano de 2020 e quem não aceitar para o ano 2020 há uma coisa que a Lei define é que no dia 1 de janeiro de 2021 a aplicação desta descentralização será de aplicação universal, todos os municípios a têm que implantar, e portanto, este gradualismo desde sempre, em todo o processo negocial nunca em algum momento foi dito que algum município ou alguma comunidade intermunicipal seria penalizada pelo facto de não aderir, e que fique bem claro, cada um dos Senhores Presidentes de Câmara nos colégios das CIM's tem que ter liberdade, tem que ter ponderação para decidirem em conjunto com os seus serviços se de facto estão em condições ou não, porque nós temos por um lado, delegações de competências que não vão ter impacto direto do ponto de vista de transferências de dinheiros da Administração Central para a Administração Local porque acabam por trazer atrás de si um conjunto de receitas que são cobradas que vão permitir equilibrar aquele serviço, e há vários diplomas que acabam por não ter um impacto direto do ponto de vista da Administração Central, há outros diplomas em que efetivamente as competências não comportam situações financeiras, mas há outros que o comportam, por exemplo, na área educativa, no caso de Viseu estaremos a falar só de transferência de funcionários, de 400 funcionários que passarão para o Município de Viseu, não é despiendo, estamos a falar de algo com muito substrato, das várias escolas passarem para a responsabilidade do próprio município, estamos a falar de situações que merecem, como temos feito, aliás, toda a minha equipa executiva acompanhou a par e passo, porque os fui mantendo a par, todo este processo, foram opinando, porque fui permitindo que isso fosse feito porque era importante, e para além disso foram envolvendo os serviços da câmara. Em cada momento nós fomos avaliando internamente, estamos em condições? Não estamos e condições? E até na reestruturação orgânica que fizemos nos fomos começando a preparar para este processo, e portanto, nós hoje na Câmara de Viseu temos uma consciência muito plena do que queremos fazer, e quando tomamos uma decisão estamos a tomá-la com os pés bem assentes na terra, e que fique bem claro. Quando hoje vos vou aqui propor que aceitemos estas competências e as outras não, é porque em algumas achamos que os serviços ainda não estão preparados para as poderem assumir, e portanto, se temos a possibilidade de em 2020 o poder fazer, ou esperar mesmo por 1 de janeiro de 2021, acho que o

devemos fazer, com a ponderação, como um princípio de boa gestão que temos procurado trazer com a serenidade que este processo merece. Este processo não pode ser de faca ao peito ou dizer, ou é agora ou nunca, não pode ser feito, e o próprio governo, eu já o disse ainda á dias num programa, que não pode querer com este processo estar mais preocupado com a bandeira que vai exibir do que quantos municípios é que aderiram. Isso é pouco relevante neste momento, se aderem muitos ou se aderem poucos, o importante é que o processo seja refletido, a maior parte dos municípios despertaram para o assunto agora. As Comunidades Intermunicipais, muitas delas não fizeram o debate que tinham que fazer para assumir algumas destas competências designadamente a nossa, a nossa nunca fez nenhum debate sobre estas matérias. Como é que se pode querer uma competência sem saber primeiro se eu estou... enfim, é como nas nossas vidas, se nós queremos fazer uma opção, primeiro temos que a ponderar, temos que a discutir e depois dar esse passo, e portanto, este processo deve ser tratado com a serenidade que tem que ter, e esta é a posição também da Direção da Associação Nacional de Municípios. Ainda na terça-feira quer na Direção quer no Conselho Geral reuniu, a posição consensualizada é que, este processo não pode ser tratado condicionado por um processo eleitoral que está em curso, não pode ser com aquela lógica de que o governo esteja preocupado em dizer, não sei quantos municípios aderiram, e a verdade é que há uma geometria variável, nós olhamos por exemplo para a Área Metropolitana de Lisboa que recusou liminarmente, disse, não queremos este ano qualquer delegação de competências. Vamos por exemplo para a Comunidade Intermunicipal do Minho que também disse, no ano de 2019 não queremos delegação de competências. Os municípios do Partido Comunista todos eles disseram, no ano 2019 não queremos delegação de competências, os municípios que vão de A a Z, aliás, eu vi intervenções no Conselho Geral da ANMP até mais cáusticas de autarcas do PS do que propriamente de autarcas até do PSD ou do CDS que também lá temos um representante, portanto, o que significa que isto não é um problema partidário, não é uma questão de governo ou não governo, é uma questão de gestão da coisa pública na lógica da proximidade e portanto, quando alguém procura dizer que a Câmara de Viseu está a olhar para isto de uma forma egoísta e que não está a ver o todo, eu quero-vos dizer que estamos a ver o todo, estamos a ver o todo do ponto de vista das várias matérias, e por isso é que quando olhamos para os vários diplomas, nós temos aqui diplomas diversos, são onze, e faço já uma síntese mesmo antes de ir a mais alguns argumentos que gostava de vos deixar. Nós ponderámos, levámos à Reunião de Câmara e hoje trazemos aqui a esta Assembleia Municipal, dizendo que: Na questão da **GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HIDRICO DO ESTADO**, entendemos que ainda não estamos, apesar de também termos algumas coisas nesta área, ainda não estamos em condições de este ano o poder decidir para 2019.----- Também consideramos que não estamos na **AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS**, e também entendemos que devemos protelar a sua decisão.----- **VIAS DE COMUNICAÇÃO** por maioria de razão, estamos a falar de um dos setores mais críticos em que efetivamente não conhecemos sequer o que se pretende, em termos vagos a Lei também diz, em termos vagos a Lei no fundo não transfere competências nenhuma, porque se não houver o acordo do município para a transferência de uma estrada o município não a recebe, e é preciso conhecer, e atenção, há outra questão, para além de conhecer as regras todas do jogo, praticamente este jogo ainda está a ser jogado. Nós só vamos ter a regras todas do jogo quando tivermos os diplomas todos, e mais do que isso, deixem-me só acrescentar aqui uma coisa que me esqueci há bocado, nós chegamos a esta altura sem saber qual é o pacote financeiro, qual é o envelope financeiro que temos para este efeito, aliás, o próprio Orçamento de Estado não aprova uma cláusula que permitiria que se inscrevesse no Orçamento de Estado a verba para suportar o fundo para a descentralização, é caricato! Convenhamos que isto é caricato. Como é que nós podemos

aprovar uma coisa que não sabemos qual é o envelope financeiro, por outro lado, obviamente que o governo agora na negociação com a Associação Nacional de Municípios, enviámos no fundo uma posição que foi mais ou menos consensualizada, ok, então, na Lei de Execução Orçamental esclareça-se o que é que vai ser transferido para os Municípios e para as Comunidade Intermunicipais e portanto, vamos ter que aguardar pela Lei de Execução Orçamental para sabermos o que é que vai ser transferido. Eu estou a fazer este quadro todo para que os Senhores Deputados estejam na posse de toda a informação para que possam em consciência fazer a vossa avaliação e dizer o que é que é melhor para Viseu, porque o que nós estamos agora aqui a discutir é o que é que é melhor para o nosso concelho e o que é também melhor para o nosso concelho inserido na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

Voltando aqui aos diplomas: Também na Área da **JUSTIÇA** a nossa proposta é de não aceitarmos nem no que seria para a Câmara nem no que seria para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o **APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DOS PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORações DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**, também não aceitar para este ano, e não dar também o acordo à passagem para a CIM desde já para este ano da **PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO, E PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO**.-----

Por fim, propomos, até porque, não trará perigo de maior aceitar desde logo **INSTALAÇÃO E A GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO**, já o estamos a fazer, estamos neste momento a construir e algumas já estão finalizadas, espaços do cidadão que vão funcionar, temos acordado com o governo a passagem da Loja do Cidadão para o antigo Mercado Municipal, e passará a ser gerido, já estava acordado que seria gerido pela autarquia o espaço em si, portanto, já fizemos um percurso que é quase natural aceitarmos, lá está, uma delegação de competências que não vai trazer transferências do Estado Central para a Autarquia, porque cada um dos utilizadores da Loja do Cidadão pagará à Autarquia um determinado montante pela utilização do espaço, portanto, aqui não tivemos muitas dúvidas, nos espaços do cidadão também já iremos prestar os serviços do Gabinete de Apoio ao Emigrante, enfim, o Apoio ao Investimento, o Gabinete do Investidor, enfim, todas estas matérias mais as matérias da própria autarquia designadamente o Viseu Net, o nosso sistema de desmaterialização, portanto, **GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES, INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES**, portanto, esta é uma competência que aceitamos ou que propomos aceitar desde já.-----

Também no **DOMÍNIO DA HABITAÇÃO**, também não temos problema nenhum, estamos a acabar a estratégia local de habitação para podermos estar em linha com uma série de programas, no caso de Viseu no âmbito da Habitação Social toda ela é do município, portanto, acaba por não haver aqui um impacto direto, e também nesta área não há nenhuma transferência de dinheiro do Estado Central nem mais responsabilidades assumidas do que aquelas que já temos.-----

No **DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO** a mesma coisa, em Viseu não temos nenhuma situação de Estacionamento Público que passe para nós, a única coisa que aqui tem de benefício é que passaremos a ser nós a controlar todo o processo, no fundo é a autarquia que de A a Z terá a responsabilidade no âmbito do Estacionamento Público.-----

Na **GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO**, também, enfim, faz todo o sentido que edifícios que são da Administração Central e pelo menos dois estão identificados, o edifício da Prebenda onde vai ser instalado o Tribunal do Desporto, que é um edifício da Administração Central que será acordado que possa vir a passar para o âmbito da Administração Local, e designadamente o edifício do SLAT junto ao hospital

que pretendemos através deste processo, pelo menos neste dois que possam passar para a órbita da Administração Local, portanto, faz todo o sentido que estes edifícios da Administração Central que estão devolutos, possam ser, desde que haja um projeto específico para o efeito, ser reabilitados e geridos pela Administração Local, e portanto, estas são as matérias onde nos propomos no fundo aceitar a descentralização de competências, e já agora, não só em relação a estas matérias, mas a outras futuras, nós vemos muitas virtualidades, por exemplo, no caso da Educação. No caso da Educação que é talvez o *dossier* mais robusto e o mais complexo, a verdade é que, o facto de hoje o pré-escolar e o básico serem basicamente da competência dos municípios, trouxe uma mais-valia, hoje de facto, funciona muito melhor do que o que funcionava quando estava na Administração Central. Assumirmos a gestão de todas as escolas à exceção da Alves Martins e da Emídio Navarro que são da Parque Escolar, e com pena dessas escolas que gostavam também de passar para o âmbito da Câmara, vai-nos permitir uma maior racionalização do ponto de vista da gestão de toda a rede escolar, vai permitir por exemplo a utilização das infraestruturas desportivas que hoje é complexo, sobretudo num concelho em que temos tanta prática desportiva é muito complexo termos um conjunto de infraestruturas que o município não pode entrar nas suas contas e que neste caso as poderá entrar, estou-vos a dar o exemplo da Educação porque acho que é daqueles mais complexos, já por exemplo na Saúde também vos quero dizer que apesar de ter aprovado e de ter dado o meu acordo à Área da Saúde porque achei também que não fazia sentido, depois de termos feito várias reuniões, deixar em banho-maria, eu acho que o único mérito que poderemos ter na Área da Saúde é de podermos participar e passar a ter um programa local de saúde, isto é, em cada município termos uma estratégia para a saúde, coisa que hoje não temos, praticamente é tudo direcionado de cima para baixo, mas depois do ponto de vista prático também vos quero dizer que aquilo que está no Diploma é nada, porque, a única coisa que os municípios irão assumir na Área da Saúde é a gestão dos edifícios, é a gestão de algum pessoal e é a gestão de custos correntes, pouco mais do que isso, e depois aqui entra a segunda questão que é preciso ponderar bem, por exemplo: Nós fizemos contas na Área da Saúde e chegámos à conclusão de que aquilo que está previsto no Diploma versos a informação que temos do custo real, a disparidade é enorme, há muitos custos diretos e indiretos que não estão nas contas do Estado Central, por outro lado, outra nota, nós estamos a vir de um período de vacas magras, de contenção de despesa, de congelamento de despesa do próprio Orçamento da Administração Central, e se formos entrar em linha de conta com aquilo que é o gasto da Administração Central em determinadas áreas, estamos a falar de um gasto perfeitamente deficitário face aquilo que são as necessidades, e também sabemos, outra coisa, é que estas competências ao passarem para o domínio do Poder Local a exigência será maior da parte dos cidadãos, porque a proximidade levará a que essa exigência seja maior, e portanto, é preciso ponderar e ter muita atenção à forma como estas coisas se irão passar, não deixando de estar de acordo, mas por exemplo, a Área da Saúde era daquelas que nós, do meu ponto de vista o Município de Viseu dispensava ficar com esta delegação de competências, esta é daquelas que seguramente vos vou propor que só mesmo quando tiver que ser, não virei cá nem em abril nem em junho propor que em 2020 na Área da Saúde possamos assumir este tipo responsabilidades, até tenho esperança que numa continuidade, que isto não é um processo esgotado, que numa continuidade de negociação com um futuro governo que sai das próximas eleições, nós possamos reabrir este *dossier* da Saúde, acho que este é um *dossier* demasiado crítico que não nos leva a um bom percurso, e portanto, é um pouco isto que eu gostava de vos deixar, por um lado a convicção de que este é um percurso que não está concluído, reparem, o que no fundo aqui temos e que vamos ter nas várias discussões, porque esta não será a única discussão que vamos ter sobre esta matéria, está muito longe de estar concluído, e há muito trabalho ainda a fazer, a verdade é que é preferível começar do que não começar, eu acho convictamente que faz sentido fazer este percurso, com a tal tranquilidade, enfim, em relação a este ano de 2019, acho que estas quatro competências

está muito bem, estas estamos em condições de as assumir, seguramente que vos trarei aqui muitas outras para assumirmos no ano de 2020, seja em abril se for esse o entendimento, foi a proposta que fizemos, é que se façam promulgar os vários diplomas para que não andemos aqui a marcar várias Assembleias, o que permitiria que em abril nós pudéssemos decidir em relação a outras matérias para o ano de 2019, e depois seguramente em junho decidirmos em relação ao ano de 2020.-----

Deixar uma última nota também sobre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. A posição de Viseu foi bem clara. Este assunto foi agendado para dezembro, sem debate, não houve nenhuma discussão, a única vez que este assunto começou a ser aflorado foi no dia 8 de janeiro numa reunião da Comunidade Intermunicipal, onde foi aflorado, nem sequer a estratégia se decidiu. A posição de Viseu desde sempre é esta: Da mesma maneira que não passamos cheques em branco ao Governo Central, e também queremos saber mais pormenores, queremos ter mais dados para poder decidir, também não passamos cheques em branco à Comunidade Intermunicipal. Viseu tem uma importância muito grande dentro da Comunidade Intermunicipal, agora, é preciso debater internamente e encontrar um caminho, para que cada uma destas competências é preciso que a Comunidade Intermunicipal diga o que é que quer fazer com estas competências. Até agora não sabemos, aliás, é tempo também da nossa Comunidade Intermunicipal estabilizar, ela está longe de estar estável, e nós estamos disponíveis para participar como temos feito, mas, desde logo não tem uma gestão estável. Quando se tem uma Presidência de uma Comunidade Intermunicipal que não resultou de uma escolha dos seus pares, isto nunca traz aquela legitimidade que tem uma Comunidade Intermunicipal com órgãos eleitos, portanto, eu acho que é preciso de uma vez por todas que a Comunidade Intermunicipal escolha a sua liderança e que escolha as pessoas que a vão conduzir. Segundo aspeto, é preciso haver mais estratégia e menos tática, é preciso ter mais estratégia, e não basta ter um Dr. Nuno que é de facto uma pessoa extremamente qualificada que dá o seu máximo todos os dias, é preciso que os meus colegas em conjunto connosco tracemos os caminhos e a estratégia que temos que seguir. Nós não podemos ter uma Comunidade Intermunicipal que muitas vezes se une só para ver em que é que havemos penalizar Viseu, não podemos, e além disso, se passássemos agora um cheque em branco em relação a estas matérias, não estávamos a permitir o tal debate do que queremos fazer, porque estamos a falar de matérias que nos permitirão preparar o dia de hoje e preparar o dia de amanhã, estamos a falar de matérias que nos posicionarão para este quadro comunitário de apoio por exemplo, e para o próximo quadro comunitário de apoio.-----

Por último dizer que, quando se diz que alguma Comunidade Intermunicipal ou algum Município vão ser penalizados, é só ler a Lei, é só ler a letra da Lei, e a Lei no seu Artigo 40 define muito bem, define muito bem, aliás, por alguma razão nós também participámos, em que nos processos que estão em curso eles decorrerão até à sua conclusão, se houver processos que estejam em curso que terminem antes de janeiro de 2021 poderão ser prorrogados, senão chegávamos a um extremo, por exemplo: Se nós não aceitando competências na Área dos Bombeiros, nós temos uma EIP por exemplo com os Bombeiros Voluntários de Viseu que é paga a 50% pela Câmara de Viseu e 50% pelo Estado Central, quer dizer, num extremo, se nós não aceitássemos a delegação de competências caía a EIP, o que não é verdade, porque a própria Lei protege isso, portanto, quando se vem dizer que a CIM ou a Câmara pode perder fundos pelo facto de as coisas estarem... neste momento é uma falácia, até porque, o que é para este quadro comunitário de apoio está devidamente contratualizado e está em curso, então aquele argumento de vir dizer que a Câmara de Viseu ainda se arriscaria a deixar cair a Ecopista do Vouga, enfim, a Ecopista do Vouga está mais do que aprovada, e até já está em fase de concurso, enfim, são mesmo argumentos para condicionar, eu chamo-lhe chantagem, são argumentos muito pouco corretos. Quero-vos dizer que estou muito convicto, estamos muito convictos, discutimos isto muito apuradamente, estamos muito convictos daquilo que estamos a fazer, e estamos convictos de que também estamos a prestar um bom serviço à Região e à

CIM. Mesmo que venham com aqueles argumentos, é a única câmara... não, seguramente que não será, há muitas câmaras por essa região fora e por outras partes do país que pensam como nós, mas se em determinado momento tivermos uma forte convicção de que estamos no caminho certo, aliás, a prova da boa-fé é que nós ainda há poucos dias discutíamos com a CIM princípios estratégicos para a Área do Turismo que depois ninguém os quis aceitar, enfim, até se aceitaram, nas conversas havidas até se acharam que eram pertinentes um conjunto de princípios estratégicos para definir a política do Turismo para o futuro, mas depois ninguém quis discutir e ninguém quis levar a votação, foi o Senhor Vice-Presidente que esteve nessa reunião que foi no dia em que eu estive em Madrid na FITUR, mas ninguém os quis discutir, portanto, estas coisas têm que ser tratadas com a seriedade e com a serenidade que efetivamente têm que ser tratadas, e vos quero garantir que o Município de Viseu quer a descentralização de competências, está de acordo com a descentralização de competências, achando que este é um processo que tem que continuar, ainda só estamos no início do processo, mas vai fazê-lo com calma, preparando os serviços, isto é, áreas novas, temos que preparar os serviços antes de assumir, abrir a porta e depois no dia seguinte não sabermos tratar dos assuntos, seria pior o soneto que a emenda, e portanto, dizer-vos que esta é a posição de princípio, e espero que efetivamente hoje esta Assembleia siga e ratifique aquilo que já foi a deliberação do executivo camarário e que efetivamente assumamos para já estas quatro competências, depois é provável que em junho, venha a esta Assembleia, a probabilidade é enorme, para assumirmos competências que hoje não estamos a aceitar, para o ano de 2020. Volto a dizer, estamos no ano de 2019. Uma última nota, é que se repararem bem, quando este processo estiver concluído estamos a meio do ano, estamos a meio do ano de 2019, com eleições, aliás, já em pleno processo de debate para as eleições legislativas, com um novo governo a tomar posse para o final do ano, portanto, em bom rigor este ano de 2019 não é um ano em que isto vai evoluir muito, estou convicto que foi um ano perdido do ponto de vista deste processo pela forma como ele se foi encavalitando, quer dizer, quando há diplomas que ainda não estão promulgados no final do mês de janeiro estamos conversados.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, era isto que vos tinha para transmitir do ponto de vista de abertura, com toda a transparência, com toda a abertura e obviamente deixando à consideração dos Senhores Deputados a decisão que efetivamente hoje venhamos aqui a tomar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então estão em apreciação os Pontos de Um (1) a Onze (11). Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, Excelentíssimo Público.-----

Senhor Presidente,-----
A convocação desta Sessão Extraordinária sobre um assunto de particular relevância para o município, para a região e para o país - a transferência de competências para as autarquias locais e para as comunidades intermunicipais – coloca a Assembleia Municipal muito justamente no centro desta discussão, enquanto órgão soberano com poder deliberativo para poder dizer sim ou não à transferência de competências. É grande, portanto, a nossa responsabilidade enquanto deputados, porque do nosso voto dependerá a aceitação ou a rejeição de cada uma das 11 propostas de descentralização. Com uma ressalva muito importante: a transferência das competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões que aqui também votaremos está dependente da aceitação unânime de todos os municípios que integram a entidade intermunicipal. Não

tenho, por isso, dúvidas que a apreciação e votação dos 11 decretos-lei que aqui faremos corresponderá à responsabilidade que todos teremos em defender aquilo que nos parece ser o melhor para o nosso município, para a região e para o país.-----

Não basta proclamarmos (ainda que com verdade) que Portugal está entre os países mais centralistas da União Europeia. Somos hoje chamados a votar 11 propostas de descentralização e transferência de competências em vários domínios. É apenas o início de um caminho de reforma, liderado por um governo e um primeiro-ministro que foi autarca e que conhece bem os efeitos nefastos do centralismo (que, como sabemos, não é só prejudicial para o interior), e que teve o bom senso de associar a esta reforma, (como aqui já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara) não só o principal partido da oposição de Rui Rio, como instituições relevantes do poder local em Portugal, como a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias. Este é o início de um caminho que pretendemos sem retorno, com carácter universal distendido no tempo (até janeiro de 2021), permitindo que as transferências de competências se vão fazendo de forma gradual. A concretização destes princípios de subsidiariedade, aproximando os serviços públicos das pessoas, têm tudo para valorizar e potenciar, assim esperamos, as excelentes práticas há muito existentes nas autarquias. O gradualismo da transferência de competências até 1 de janeiro de 2021 permite que cada município possa adequar a aceitação das novas competências descentralizadas às suas realidades políticas, recursos humanos, técnicos, financeiros e administrativos. Com base nesta prerrogativa da Lei-quadro de 16 agosto, entenderam o Senhor Presidente do Município e os Vereadores do Partido Social-democrata, com os votos contra dos três Vereadores do Partido Socialista, que aprovaram todos os diplomas, não aceitar, para o ano de 2019, a transferência de competências dos sete primeiros diplomas constantes na Ordem de trabalhos da presente sessão extraordinária. Quanto aos restantes quatro, o executivo municipal propõe à Assembleia Municipal que delibere pela aceitação da transferência de competências. Compete a esta assembleia, portanto, deliberar sobre estas propostas do executivo municipal.-----

Os membros do Partido Socialista nesta assembleia têm sobre esta matéria um entendimento político muito claro. Aliás, concordante nos argumentos e na votação com os vereadores do partido socialista. Votaremos pela aceitação das onze propostas de descentralização e transferência de competências para as autarquias locais e Comunidade intermunicipal Viseu-Dão Lafões.-----

Esta nossa posição política resulta do facto de acreditarmos que a filosofia e os princípios subjacentes a esta reforma de transferência de competências da administração central para as autarquias locais (municípios e freguesias) e comunidades intermunicipais tem tudo para garantir e aprofundar o municipalismo, a qualidade no acesso aos serviços públicos e a tão almejada coesão territorial e social.-----

Em face disto, não conseguimos entender as deliberações da Câmara Municipal de Não Aceitação de 7 decretos-lei com a respetiva transferência de competências. Quando muito poderemos fazer um esforço para entender a razoabilidade dos argumentos, relativamente a alguns dos diplomas que dizem exclusivamente respeito ao município. Mas a Não Aceitação das quatro propostas partilhadas com a CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente o decreto-lei n.º 99, que concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística, ou mais ainda o decreto-Lei n.º 102, que concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, é muito difícil de explicar. Ouvimos aqui os argumentos do Senhor Presidente mas continuo sem poder dar-lhe a razão, embora entenda, e porque sou Deputado Intermunicipal e um grande crítico até das CIM's, da forma como elas foram constituídas, mas foram constituídas por um governo do PSD, portanto, muito crítico da forma como as CIM's foram constituídas, mas a verdade é que estão aí, e como estão aí, há que, digamos que, jogar com elas, portanto, politicamente

jogar com isso, e portanto, é para dizer que, custa-nos entender, e pelos argumentos que agora aqui ouvi, custa-me muito explicar ou entender os argumentos do Senhor Presidente.-----

Não conseguimos entender por exemplo, Senhor Presidente da Câmara, não conseguimos entender quais ganhos políticos, estratégicos, financeiros ou outros para o concelho e para a região se esta Assembleia Municipal de Viseu não tiver o discernimento político em contrariar o sentido de voto do executivo, votando favoravelmente pelo menos os dois decretos-lei referidos. O Partido Socialista, como sempre fiel aos interesses do concelho e da região, não deixará de votar favoravelmente, evitando assim um erro histórico que marcará, estou certo, o mandato do Senhor Presidente Almeida Henriques.-----

Senhor Presidente, vossa excelência conseguiu com esta posição isolacionista, colocar Viseu cidade região na difícil posição de ser o único município da CIM Viseu Dão Lafões, aliás da região Centro, portanto, dos cerca de 100 municípios da Região Centro é o único que deliberou pela Não Aceitação dos diplomas que incluía transferência de competências para esta instituição. Pelo que vamos ouvindo e lendo, a estupefação que reina nos restantes municípios sobre esta posição do Presidente da Câmara de Viseu é grande, quando é sabido que, a transferência das competências para as entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram. Viseu é, já aqui o dissemos várias vezes e o Senhor Presidente concorda com isso, naturalmente, a capital de uma vasta região, mas a sua liderança tem que ser reconhecida por todos os atores políticos e forças vivas deste vasto território. É minha convicção que esta e outras posições do município não ajudam Viseu a assumir uma liderança que é naturalmente sua, mas mais importante do que tudo isso, não ajudam no desenvolvimento do concelho de Viseu. Acredite, Senhor Presidente, que esta posição isolacionista do município de Viseu, face à CIM, não obstante todas as razões, mas que são as razões do ponto de vista administrativo e a forma como ela, digamos que, a própria governança da CIM é feita, não obstante isso, esta posição isolacionista do município de Viseu sobretudo por assentar em razões que poucos entenderão, eu hoje aqui pelas explicações que o Senhor Presidente deu não entendi, não entendi porque ainda não entendi, muito embora considere que está no seu legítimo direito, e não tenho nada contra as competências, e digamos que, do Senhor Vice-Presidente da Câmara, de ser ele o representante e ir às reuniões da CIM, mas, considero que simbolicamente sendo o Senhor Presidente o Presidente da Câmara de Viseu, sendo que nas reuniões da CIM são os Presidentes que maioritariamente sempre estão presentes, eu diria que simbolicamente isso me parece uma posição que no mínimo é difícil de entender, e portanto, são razões que não entendemos e aliás, deixe-me dizer-lhe que não me parece que essa posição em que o Senhor Presidente se colocou e que colocou Município de Viseu, não me parece, permita-me que lhe diga, próprio de um político com a experiência que Vossa Excelência tem obrigação de ter, e sem que tem. Não consigo discernir nada nesta questão que possa... mas o Senhor Presidente provavelmente vai dizer-nos, não consigo discernir nada nesta questão, portanto, neste isolacionismo e nesta forma de agir, não consigo discernir nada que possa ou que eu veja que possa ajudar o Concelho de Viseu. E quando assim é, parece-me justo dizer que é o município e os viseenses que perdem com esta posição. Terminaria dizendo que, concordo, ou seja, é muito mais fácil para mim de entender que nas questões que têm a ver com o município e que só o executivo sabe quais são as condições que tem, eu coloquei-me aqui apenas nos princípios, consigo compreender que nalgumas das matérias destes decretos o Senhor Presidente tenha optado por, e já que tem até 2021 optado por ir progressivamente aceitando e com toda a calma, agora, no que diz respeito à CIM, penso que a estratégia (porque de estratégia se trata) política que teve relativamente a isto, os argumentos que aqui trouxe não me ajudam, digamos que, a entender, mas poderá se assim o entender dar outras explicações à Assembleia Municipal sobre esta matéria.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a

palavra ao Deputado Francisco Mendes das Silva.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP):** Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.-----

Julgo que nós temos um vício no debate político em Portugal que é discutir as matérias com base, como aqui foi feito, como acabou de ser feito, com base na filosofia que lhe está por trás. É um debate político bastante proclamatório, quase panfletário, nós achamos que uma determinada política vai num determinado sentido, portanto, se o sentido é bom, nós temos que aprová-la independentemente das condições concretas em que ela nos é apresentada. Eu não tenho dúvidas nenhuma que a filosofia da descentralização, quer dizer, sou favorável a ela, quem é que não é? Aliás, é uma urgência a descentralização em Portugal porque o centralismo que nós temos no nosso país ainda é um resquício e é provavelmente o mais evidente resquício dos sucessivos regimes não democráticos e não liberais que nós tivemos no nosso país e provavelmente é o principal símbolo ainda da juventude da nossa democracia. Mas, por isso, e também por isso, essencialmente por isso é que nós temos que ter o cuidado neste processo de assegurar que o processo de descentralização é um processo de descentralização efetivo, porque se há matéria onde nós não nos podemos dar ao luxo de oportunidades perdidas é nesta. Um processo de descentralização tem de ser efetivo para não ser uma ratoeira para os próprios municípios, porque nós não nos podemos dar ao luxo mais uma vez de mostrar às pessoas que a descentralização afinal é oca, ou que é contraproducente. Eu sou totalmente a favor da filosofia destes Decretos-Lei, só que, eu, para responder diretamente ao responsável do Partido Socialista, quer dizer, vamos lá ver uma coisa, eu enfim, nós temos que no entender no âmbito da CIM, certo! Mas, se o Município de Viseu acha que em determinadas matérias não tem capacidade, porque é que tem que aceitar essas competências só para não ser isolacionista? Mais, eu tenho uma posição bastante cética, porque é um ceticismo de processo mental e processo intelectual, eu não vou aceitar as competências que o Senhor Presidente da Câmara quer aceitar só porque ele diz que os serviços têm capacidade. Provavelmente esse será um elemento que me levará até provavelmente a aceitar, agora o que eu não faço é exatamente o contrário. Quando a camara municipal diz que os serviços que são quem está no terreno todos os dias dizem que não têm capacidade, somos nós que vamos obrigar os serviços a aceitar essas competências? Eu não quero em Viseu um caso Borba, eu não quero em Viseu um caso Borba, só porque a filosofia é correta, não quero, e portanto, caros amigos, uma pessoa olha para este processo de descentralização e percebe uma coisa, isto é centralismo puro, no processo foi centralismo puro, nós estamos a ser enganados porque isto não é um processo de descentralização, porque no seu âmago o processo é um processo puramente centralista. Os dois partidos entenderam-se, foram ouvidos os municípios, quem é que não foi ouvido nestes decretos de lei? O Parlamento. Isto é um processo que resulta de uma encenação entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, o Partido Socialista, quer dizer, que é um partido puramente centralista sempre o foi intelectualmente aliás, quer vir agora dizer que é um partido pela descentralização? E o PSD, cuja liderança está de cadeias às avessas com os seus deputados, mandou dois ou três emissários falar com o PS num processo completamente opaco, completamente opaco, só para o Dr. Rui Rio dizer que é um político do centro e que quer se entender com o Partido Socialista e para dizer ao Partido Socialista que não precisa de formar a geringonça porque tem ali o Dr. Rui Rio para fazer uma nova coligação, quis fazer este número, é só isso, e é absolutamente inacreditável que um processo desta dimensão, com esta importância, sobre uma matéria desta importância não passe no Parlamento, passou a lei-quadro, mas depois naquilo que interessa, que é a concretização da lei-quadro que são estes decretos de lei todos não passou pelo Parlamento. Nós estamos a falar de descentralização como sinal e símbolo da democracia, mas depois o principal órgão de uma democracia moderna que é o Parlamento é completamente afastado deste processo. Depois, é óbvio que grande parte

das críticas que são feitas a este processo resultam desta maneira de atuar. Não sabemos qual é o envelope financeiro, não sabemos que meios materiais vão estar ao serviço das câmaras, que meios humanos, não sabemos se as competências do governo são reduzidas efetivamente porque não sabemos se os meios humanos que estavam afetos a estas competências vão ser reduzidos, se os meios materiais vão ser reduzidos ou se estamos a duplicar competências. Mais uma vez, eu não quero um caso Borba em Viseu! Nós vimos o que foi o caso Borba, é um caso em que ninguém sabe que competências é que tinha, ninguém sabe que competências é que tinha, parece aqueles defesas centrais que dizem, vai tu, só que dizem todos vai tu, depois não vai ninguém. Não é só a questão dos meios materiais e humanos ou financeiros, é também o caso dos prazos. Isso não se faz! Peço imensa desculpa! Nós estamos aqui em janeiro depois de termos aprovado o Orçamento para este ano e as Opções do Plano, mas, quer dizer, isto obviamente que não é sério, é tentar impor com base numa agenda política, com base em propaganda e com base numa encenação. Isto não se faz. Não há nenhum município que queira aceitar de olhos fechados, com base na filosofia. Quer dizer, quem quer contratos de descentralização? Ninguém quer contratos de descentralização, quer dizer, que é contra a democracia local. Ninguém é contra a democracia local, pois, só que o problema, a concretização é totalmente contra a democracia local, porque vai ao arrepio do que esta Assembleia decidiu sobre o Orçamento, e eu até estou a falar à vontade, porque eu fui contra esse Orçamento como sabem, eu não votei a favor nas Grandes Opções, o CDS não votou a favor, mas o que eu sou contra é que esse orçamento que foi aprovado favoravelmente aqui pelo órgão representativo do Povo de Viseu agora seja... quer dizer, o município seja obrigado e rever toda a sua vida prevista para 2019 por causa de uma imposição de cima para baixo. Depois, (Senhor Presidente já não demoro muito mais) é só para referir aqui uma coisa que o Senhor Presidente da República disse, da qual eu acho que ele tem alguma razão quando falou da estratégia para a saúde, não vou falar disso concretamente mas, de facto, um dos grandes problemas deste processo é que se fala de forma proclamatória como se isto fosse um grande impulso de democracia, mas isto... vamos lá ver uma coisa, vamos lá tentar pôr as coisas em contexto, isto é uma descentralização de competências administrativas, isto não é a descentralização que é necessária que é uma descentralização política de competências e poderes, mas isso meus amigos, isto não se faz com “decretos de leizinhos” entre o Dr. Álvaro Amaro e o Partido Socialista, com todo o respeito por todas as pessoas que estiveram envolvidas, isto faz-se num debate profundo com a sociedade civil, centrado no Parlamento, sobre quais são os poderes políticos que os municípios devem ter, porque aquilo quem interessa, a descentralização que interessa é aquela que permite a Viseu e às outras terras decidirem o futuro político das suas comunidades em matérias essenciais, não é saber se sou eu que vou alcatroar aquela estrada, etc., não! É ter uma estratégia para a saúde daquele concelho, é ter uma estratégia para a cultura, é ter estratégia para o desenvolvimento económico, para a captação de investimento, isso é que nós devíamos estar a discutir, não são estas, enfim, tratar, com todo o respeito e com toda a importância que isto tem, tratar desta transferência de competências administrativas como se fosse um grande processo de descentralização, quase uma reforma constitucional.-----

E portanto, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, o CDS não poderá validar este processo, não poderá dar a sua chancela política, aliás, segundo sei a nível nacional o CDS ou já requereu ou vai requerer a apreciação parlamentar destes decretos-lei, porque a Assembleia da República, sendo Assembleia da República numa democracia liberal e parlamentar tem que se pronunciar sobre isto, e portanto, sem prejuízo de podermos, enfim, reconhecer as competências para as quais a câmara admite ter competência, não podemos, com base na filosofia ou na proclamação dos preâmbulos dos diplomas dar a nossa validação política. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputada Catarina Vieira.-----

----- QUATRO – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caro Público, Senhoras e Senhores Jornalistas e Funcionários em exercício.-----

No processo em questão importa referir que não se trata de um contrato de delegação de competências entre o Estado e as diversas Câmaras Municipais, mas antes uma transferência de competências operada pela via legislativa, pelo que as Assembleias Municipais apenas deverão deliberar se pretendem ou não que as transferências relativas aos diversos sectores (conforme diplomas sectoriais) sejam operadas já este ano. A transferência vai sempre ocorrer, importa decidir em que ano.-----

“A Associação Nacional dos Municípios aceitou a proposta do Governo para o financiamento da Educação, Saúde e Cultura mas exige conhecer os mapas dentro de três meses. Pelas contas do jornal Negócios (e já têm uns dias), já quase 13% das câmaras rejeitaram assumir novas competências este ano”.-----

Isto quer dizer que, na prática, se pretende que a Assembleia Municipal decida já, se aceita ou não a descentralização, sem que tenha conhecimento dos valores a serem transferidos para o efeito. Basicamente será decidir “às escuras”.-----

É desresponsabilização do Estado não é a descentralização. Não há definição sobre transferência financeira para os municípios. O fundo de apoio à descentralização não passou no Orçamento de Estado 2019. O Governo diz que só haverá dinheiro com a publicação do decreto de execução orçamental. O município não deve aceitar essa desresponsabilização e não tem condições para novas competências sem que esteja bem clarificado o envelope financeiro associado.-----

O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e, como tal, que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. No entanto, considera-se que esta descentralização, tal como se encontra configurada nos diversos diplomas legais já publicados, viola o próprio princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias, que é o que realmente está aqui em causa, não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso das diversas população aos serviços prestados nas diversas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências.--- Este processo todo vai promover uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.-----

Outro problema da descentralização prende-se com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito. Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades e execução dos diversos diplomas sectoriais quando, na maior parte dos municípios não existem recursos humanos para que tal seja possível, nem possibilidade ou orçamento para assegurar a contratação dos mesmos. Mais uma vez não sabemos que valores vão ser transferidos.-----

É ainda expectável que venham a existir conflitos de competências, nomeadamente, no domínio da gestão de pessoal auxiliar, no caso de estabelecimentos de educação e de saúde ou na gestão e manutenção dos equipamentos que sejam transferidos para a esfera de competências dos municípios.-----

Acresce ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências e concessionarem estes serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão.-----

Assim, a municipalização destas competências do Estado poderá dar origem ao

agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os municípios em repartições administrativas de políticas nacionais.-----

Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e dos diversos diplomas sectoriais é possível verificar que o que está em causa não é uma verdadeira descentralização de competências, mas sim uma municipalização das diversas áreas envolvidas onerando os municípios que não têm meios humanos ou recursos técnicos para tal. Tal como se tem verificado, o processo está a ser feito ao contrário, isto é, transferem-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado ou se adequa melhor o orçamento, o que é absolutamente inaceitável.-----

Tendo em conta que os diplomas sectoriais têm de ser aprovados um a um existem municípios que recusam tudo por inteiro (41 até este momento, creio eu) e outros que aceitam alguns dos diplomas e recusam outros (no caso de Viseu).-----

Esta matéria pela sua relevância nunca deveria ser com a imposição de um determinado modelo, neste caso aprovado apenas por PS e PSD, pois não somos contra a descentralização mas sim contra este modelo.-----

O Bloco de Esquerda tem uma Declaração de Voto que passo a ler:-----

Defendemos que a transferência de competências previstas na Lei n.º 50/2018 para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício. E não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado Central nas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.-----

Portanto, e considerando que o processo de transferência de competências na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de Agosto tem sofrido significativos atrasos na concreta definição das matérias a transferir e que o montante do financiamento a atribuir a cada uma das autarquias locais, elemento fundamental no processo, permanece desconhecido;--

Tendo em conta que, embora a descentralização democrática da administração pública constitua um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado, esta Lei resultou de um acordo apenas entre o governo PS e o PSD e a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas;-----

Uma vez que, nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, deve traduzir-se numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais para assegurar melhores políticas públicas e a resolução dos problemas das pessoas e dos territórios, e essa transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros;-----

Visto que nunca se poderá aceitar que as autarquias locais, invocando insuficiência de meios humanos ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas, pondo em causa o acesso universal pelas populações e promovendo a degradação do serviço público;-----

Dado que não existe controlo democrático direto, ou seja, eleições, há falta de transparência nas CIM.-----

O Bloco de Esquerda vota contra a transferência para o Município de Viseu das competências previstas na Lei n.º 50/2018, no ano de 2019. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Presidente e Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui Presente.-----

A Lei da transferência de competências para as autarquias (Lei 50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei 51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do

subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.-----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.-----

Não podem deixar de ser considerados nesta avaliação, o conjunto de riscos apontados pelo Presidente da República no ato de promulgação dos referidos diplomas, traduzidos em:-----

Dúvidas sobre a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;-----

Preocupação de que essa transferência de poder seja lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;-----

Real possibilidade desta Lei agravar as desigualdades entre autarquias locais;-----

Dúvidas sobre a exequibilidade do aprovado por indefinição dos riscos financeiros subjacentes;-----

Reconhecimento do afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que o seu papel é essencial.-----

O público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.-----

Em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.-----

O carácter atrabiliário que rodeou o processo que conduziu à lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como o reconhecimento da não existência de condições para efetivar a concretização dos diplomas em 2019.-----

Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justificava que o município rejeitasse responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.-----

Aliás, é o próprio Município de Viseu que, para justificar a Não Aceitação de todas as 11 “competências” que o Governo lhe quer atribuir, reconhece e cito: “que há ainda indefinições dos valores e das responsabilidades a assumir...”. Vai esta constatação do Executivo ao encontro dos argumentos do PCP para a rejeição global dos diplomas.-----

Contudo, a Câmara não é consentânea com o que proclama, caindo, aliás, numa contradição insanável. Pois se existe este reconhecimento de “indefinições dos valores e das responsabilidades a assumir...”, porque aceita umas competências e não aceita outras? Esta duplicidade de decisão política revela uma evidente e manifesta falta de coerência e até de princípios, pelo “calculismo” e avaliação “casuística” de que se reveste.-----

As competências que aceita, justifica-as a Câmara “com os programas já desenvolvidos pelo município”. Ora, esse devia ser verdadeiramente o argumento para as rejeitar, na medida em que tem essas competências em execução sem necessidade dos diplomas de descentralização. A lei, para esses casos, não vem acrescentar nada, assim sendo o município afirmava a sua autonomia e a pujança e dinâmica do poder local rejeitando-as. Mas não, para o que der e vier, é mais confortável ter um pé dentro e outro fora.-----

Também temos ouvido bradar o Senhor Presidente nesta Assembleia, contra a “má vontade” do Governo para com a Câmara de Viseu, em matéria, nomeadamente, da transferência do troço do antigo IP5 para a tutela do Município. Vejam só como as coisas são, agora que o Governo se dispunha a entregar ao Município esse troço de estrada, a 229, a EN 16 e todas as outras dentro do Concelho, até agora da responsabilidade do Estado Central, o senhor rejeita. Eu acho bem que tenha rejeitado pelas razões de fundo que nos levam a estar contra esta farsa de descentralização, mas tem de afinar o discurso com as suas reclamações, para não se tornar evidente que todo esse “capital de queixa” de que é portador não passa de pretexto para se assumir no seu partido como o verdadeiro opositor à política do Governo.-----

Já o PS, através dos seus vereadores, assumiu o papel de defensor da proposta do Governo, embora não pareça muito convicto de que este seja um “Processo reformista e transparente, que garante a universalidade e igualdade no acesso e à gestão integrada do território”, fim de citação, pois confessa, na declaração de voto proferida em reunião de Câmara que: “temos algumas dúvidas sobre uma ou outra matéria, faltam alguns acertos, sobretudo ao nível da atribuição clara das responsabilidades e da afetação dos recursos, incluindo financeiros”. Não entendo! Afinal o Processo é reformista e transparente, e garante a universalidade e igualdade no acesso e a gestão integrada do território” ou faltam alguns acertos? Podem afirmar convictamente que são realmente as CIMs e esta descentralização que asseguram a “gestão integrada” e o “escrutínio legal” “do exercício de cargos políticos”? Passar responsabilidades dos Municípios para as CIMs, de baixo para cima, é que é um processo descentralizador? Então e aquele amor reiterado e infinito pela regionalização, esvaiu-se com este processo reformista e transparente da descentralização?-----

A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências. Ficou o Executivo numa posição híbrida, titubeante, uma no cravo outra na ferradura, sem rumo político claro e inequívoco.-----

Mas este é o momento para os eleitos desta Assembleia Municipal, no respeito pelas próprias conclusões sobre a matéria atrás citada, quer do PS quer do PSD, recusarem um processo objetivamente contrário aos interesses das populações.-----

Este é o momento para Reclamar:-----

O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;-----

A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;-----

O encetar de um processo de reforço da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;-----

A identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.-----

A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população vote contra as 4 propostas de aceitação de competências já assumidas pelo Executivo e, em coerência, vote favoravelmente as 7 propostas de rejeição que o Executivo deliberou, lamentando que lhe tenha faltado a coragem para assumir a rejeição global de todos os diplomas. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a

palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):**

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia incluindo as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Senhores da Comunicação Social, Senhoras e Senhores. Assistimos aqui à exposição do Senhor Presidente da Câmara que teve a nossa melhor atenção, de concordância, pelo menos eu retirei essa ilação, de concordância com os princípios desta reforma estrutural que se chama descentralização. Depois, as divergências que tem, que são legítimas, aliás, no exercício do poder que tem permite-lhe essa discordâncias, e em democracia assim é. Seguidamente assistimos aqui e sabemos da concordância da ANMP que aqui foi bem explícita, onde estão representados todos os autarcas do país, mas depois assistimos aqui a um contraditório por parte do CDS através da pessoa do Senhor Deputado Mendes da Silva, pessoa que estimo como sabe, mas que não percebi, ou melhor, percebi, percebi, sendo o partido que é tem necessidade de aproveitar os palcos para começar a tratar da sua vidinha, desculpe lá, é assim que eu tenho de entender aquilo que foi aqui feito, e que, pronto, é uma questão de aproveitar de facto estrategicamente as oportunidades que tem para poder denegrir um trabalho que só foi feito pelo Governo do Partido Socialista e que até hoje ninguém teve coragem de fazer, mas cá está ele feito, elogiado até em termos de princípios até pelo Senhor Presidente da Câmara que convém aqui realçar, e portanto, tem pés para andar, é uma coisa que vai acontecer, o mais tardar em janeiro de 2021 como está previsto na lei-quadro desta reforma estrutural e portanto, muito nos orgulha que possamos estar aqui a discutir esta descentralização. Isto foi uma nota introdutória. Eu venho aqui falar concretamente da participação na definição da REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS e na elaboração de PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS, que se pretende e que vai ser descentralizada para as CIM's, e concretamente, como é óbvio falo da CIM Viseu Dão Lafões. Não percebo esta atitude da Câmara Municipal e só posso entender isto como uma contrariedade relativamente à ânsia do poder absoluto que o Senhor Presidente da Câmara tem relativamente a esta matéria, como a outras. Também posso entender isto como uma birra e não quero acreditar que seja, mas como uma birra de quem não tendo alcançado os objetivos a que se propôs, então agora vou tratar aqui de te complicar a situação e não vou deixar que a CIM tenha a legitimidade para continuar a proceder com aquilo que até hoje tem feito e do meu ponto de vista bem feito. É notório e sabemos, já foi aqui referido que na Região Centro ficamos isolados, e ficamos porque nós revemo-nos também na Câmara Municipal porque é a nossa Câmara Municipal, é o nosso Presidente da Câmara, e vemo-lo isolado numa região tão vasta como a Região Centro já aqui foi dito, eu não sei quantos são mas para cima de uma centena de municípios, vemos o Município de Viseu isolado a tomar uma posição de adiar aquilo que a CIM quer receber. Treze municípios aceitam a CIM através dos seus órgãos executivos está de braços abertos para receber e tem condições para receber, e Viseu ignorando esses propósitos e essas condições que estão reunidas pura e simplesmente adia que essas competências possam ser exercidas legitimamente pela CIM Dão Lafões. A Não-Aceitação das competências que a descentralização prevê, implica entre outras consequências (e estou a referir-me a esta matéria simplesmente) para o município e para a região e para as gentes que cá vivem e desenvolvem as suas atividades económicas, que o poder de decisão continue em Lisboa, situação que, em muitas matérias e circunstâncias antagonicamente o Senhor Presidente da Câmara até aqui critica. Critica muito que o poder esteja em Lisboa, quer o poder mais próximo dos cidadãos, também propala e de alguma forma executa a delegação nas Juntas de Freguesia exatamente para os serviços estarem perto das populações, mas depois aqui vai adiando, lá para 2021 estaremos com isto tudo concretizado. Sabemos, foi dito e ainda bem que ao longo destes dois anos ainda será revista a forma se são aceites outras competências no âmbito desta descentralização e ainda bem que assim é e que está previsto por parte do Senhor Presidente que isso venha a acontecer. Depois, relativamente

a esta matéria, uma região cujas características florestais aconselham ao aproveitamento de todos os recursos que possam contribuir para a sua preservação não pode adiar as possibilidades da sua disponibilidade, a CIM executa mas sem a legitimidade que esta descentralização lhe poderia conceder. Depois, há aqui uma questão que é assim: Então em matéria de Proteção Civil onde se enquadra exatamente a participação e definição das redes dos quartéis dos Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de Bombeiros Voluntários, a CIM Dão Lafões não tem já provas dadas das suas competências? E são muitas as competências que tem vindo a exercer e que tem vindo a pôr ao serviço dos municípios que a entregam neste âmbito. Eu teria que gastar muito tempo a enumerá-las mas a CIM Dão Lafões disponibilizou um rol enorme das atividades que desenvolve nesta matéria e noutras, e portanto, estão acessíveis a toda a gente, nem sequer vou perder tempo com isso, como alguém costuma dizer, façamos o nosso trabalho de casa e vamos ver isto, cada um vai ver por si aquilo que as CIM's já desenvolvem, e só quem estiver desatento é que não percebe, ou quem estiver ausente é que não percebe que a CIM já desenvolve estas atividades. Mais do que debater ou discutir a estratégia a adotar importa apreciar e não desbaratar, mas antes, aproveitar as experiências acumuladas pela CIM Viseu Dão Lafões que ao longo dos anos e em vários domínios tem desenvolvido em benefício dos 14 municípios que a compõem permitindo-lhe as ferramentas e a legitimidade que a descentralização prevista no decreto-lei 103/2018 de 29 de novembro lhe confere, era isto que era preciso só fazer, era dar as ferramentas legais e as ferramentas da descentralização para aquilo que a CIM já tem desenvolvido e se calhar até para além daquilo que esta descentralização lhe concede.-----

O Município de Viseu e o seu Presidente já pensou nos danos que a sua atitude nesta matéria de Proteção Civil podem acarretar no futuro decorrentes desta inviabilização de se poder ter o poder de decisão mais próximo e portanto, mais eficaz e mais eficiente? Já pensou que com esta posição nega aos mais 13 municípios que integram a CIM Dão Lafões competências que ali eram desejadas ter ao seu alcance? Deixo estas duas perguntas para o Senhor Presidente que há-de ter as suas razões e espero que não sejam aquelas que eu disse no princípio, no início desta minha intervenção, que essas não têm nenhuma razão de ser. Muito obrigado.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Cristofe Pedrinho.-----

---- **SETE – O SENHOR DEPUTADO CRISTOFE PEDRINHO (PS):** Bom dia a todos.--- Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor-Vice-Presidente, Vereadoras, Vereadores, Deputadas, Deputados Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.----- O Partido Socialista de Viseu tem uma visão estratégica para o concelho de Viseu. Consideramos a coesão territorial regional essencial e com grande articulação com os seus municípios vizinhos, a vários níveis. Diria mesmo, é vital para o seu desenvolvimento e competitividade da Região.-----

A capacitação e desenvolvimento da CIM Viseu Dão Lafões exige a todos os municípios envolvidos, uma articulação e agregação maior entre cada um dos municípios.-----

O Turismo é hoje um motor de dinamismo económico e social, tanto a nível nacional como a nível regional. Não ignoramos a relevância do turismo no ecossistema económico de Viseu e que a atividade turística deve ser incentivada, mas não apenas no concelho.-----

Portanto, não se compreende, mas não se compreende de todo que o Senhor Presidente da Câmara não tenha aceite a transferências de competências para a CIM Viseu Dão Lafões, no domínio da Promoção Turística.-----

O ponto 1, do artigo 4 (que é o acordo prévio dos municípios), da lei 99/2018 é muito claro.-----

“A transferência das competências para as entidades intermunicipais depende do prévio acordo de todos os municípios que as integram” repito a parte final “de todos os municípios que as integram”.-----

Com a sua Não Aceitação, Viseu coloca os restantes municípios da CIM Viseu Dão Lafões, numa situação de paragem absoluta para o ano de 2019. E o que significa em concreto esta posição de Viseu? Significa que a CIM Viseu Dão Lafões não vai poder candidatar-se a mais nenhum projeto novo que vão abrir em 2019 na área da Promoção do Turismo. Tudo o que não se venha a fazer nos 14 municípios será da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu.-----

O discurso da região, que Viseu é uma cidade região, e que trabalha em parceria com os municípios vizinhos, não bate certo... porque na prática o Sr. Presidente escolhe ficar isolado da região e utilizar a máxima de Viseu Primeiro, Viseu Primeiro... (ao nível de um indivíduo que diz “American First, American First.”). Prefere ir a BTL sozinho, prefere ir a Madrid sozinho, prefere tudo sozinho.-----

Viseu está de costas voltadas para a CIM Viseu Dão Lafões e para os municípios vizinhos!-

A pergunta que deixo a todos vós é:-----

Como seria o voto ou a decisão de Viseu se Almeida Henriques fosse o presidente da CIM Viseu Dão Lafões? Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Fátima Lopes.-----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA DE FATIMA FERNANDES LOPES (PS):** Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente, Vereadores, Vereadoras, Deputados desta Assembleia, Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social e Público em geral.--- A minha intervenção pretende-se com o Decreto - Lei nº 102/2018.-----

A coesão territorial é um assunto que nos toca a todos, julgo eu. Todos estamos preocupados com o despovoamento, o envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior e, Viseu Distrito, não foge á regra.-----

O próprio Governo reconhece, através do Programa Nacional para a Coesão Territorial que é urgente afirmar pela positiva o interior do País, impondo-se políticas para esse fim, definir e implementar medidas específicas e setoriais, promover e valorizar os recursos endógenos, identificar e estimular projetos estruturantes, alinhar competências e investimentos, enfim, apostar no desenvolvimento económico e no reforço das atividades e sobretudo trabalhar em rede. No fundo, criar um ambiente e as condições favoráveis à fixação de pessoas e assim assegurar uma nova vitalidade e prosperidade que se assumam como sustentáveis.-----

As entidades intermunicipais, enquanto instrumento de reforço da cooperação e aglutinação de vontades entre os municípios, dada a sua proximidade às populações estão em melhor posição para tomar uma posição agregadora. Parece-nos que, tudo isto se tornará mais fácil de concretizar, se os municípios de cada região estiverem a convergir para o mesmo fim.-----

A Não Aceitação do Decreto - Lei nº 102/2018, de 29 de novembro que é a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, não abona em nada a favor do município de Viseu. Eu diria mesmo, que esta posição pode de alguma maneira, beliscar a relação com os municípios vizinhos, uma vez que Viseu foi o único dos que constituem a CIM Dão Lafões, a votar contra.-----

A não haver unanimidade, a CIM, durante o ano 2019, como já foi aqui falado, não se poderá candidatar a novos projetos. E a ser assim, esta atitude pode prejudicar, em muito, não só Viseu, mas toda a região.-----

Pelo que constatámos, a constituição da Empresa Intermunicipal Água de Viseu, não correu bem. Agora, vota contra a proposta de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. O executivo de Viseu a continuar com este tipo de atitudes, não nos parece que esteja a trilhar um bom caminho.-----

O Partido Socialista defende que é urgente uma abordagem de base local, mais colaborativa e mais próxima, que promova uma participação ativa e um envolvimento empenhado das autarquias locais, comunidades intermunicipais e pessoas, para um interior mais coeso, mais competitivo e mais sustentável.-----

As justificações dadas pelo Executivo para a Não Aceitação, não são compreendidas, nem por nós (membros eleitos pelo PS), nem pela própria CIM. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Eu também iria intervir.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dirige-se para o parlatório e daí faz a seguinte intervenção:-----

----- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA:** Cumprimentava a Excelentíssima Mesa, cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo, os Membros da Assembleia Municipal. Pedia alguma paciência porque às vezes quando se apresenta algo parece que é tudo novo, e por isso às vezes é importante fazer-se a história de algumas situações. Este é um assunto que aqui já foi por todos expositado, que é um assunto sério, é um assunto que deve merecer uma discussão que deve ser feita com rigor e também objetividade.-----

Também é consenso que Portugal tem um Estado reconhecidamente centralizador, o que tem motivado ao longo dos anos várias tentativas para a resolução da situação, e por isso, isto não é novo, nem se descobriu agora a pólvora, e por isso, já antes do 25 de Abril, ainda no tempo do III Plano de Fomento de 1968 a 1973, se sentia já aí a necessidade de haver aquilo que se chamava uma capacidade de planeamento territorialmente limitado. Em 1976, já foi aqui também referido instituíram-se as Regiões, depois criaram-se as Comissões de Coordenação Regional, depois houve a lei-quadro das Regiões Administrativas em 1991, e houve aquilo que era a tal reforma do século que agora se pretende também quase dizer que estamos na reforma do século, referendou-se a Regionalização em 1998.-----

Em 2003, não podemos esquecer que apresentou-se um pacote de descentralização em que nesta Assembleia Municipal na altura em 29/09/2003 se aprovou por unanimidade a criação da GAMVIS que era a chamada Grande Área Metropolitana de Viseu, que, a Assembleia Municipal até era presidida na altura pelo Dr. Almeida Henriques.-----

Em 2008 novo modelo com a conversão da Associação na altura, de Municípios Dão Lafões em Comunidade Intermunicipal, tendo a adesão do Município de Viseu sido aprovada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24/11/2008 também por unanimidade. Houve também vários projetos piloto de transferência de competências para Municípios em algumas áreas, e agora, temos este processo também de transferência de competências. Há em todos estes processos um ponto comum justificativo, que é aquilo que aqui já foi dito, a inadequação do modelo centralista de organização e administração do território.-----

O Estado Central, por isso, ele próprio é que tem necessidade de transferir competências, para poder exercer as outras com eficiência, por isso, aquilo que já aqui foi dito também que deve ser feito ao nível de quem estiver mais próximo do cidadão tudo o que a esse nível seja possível de realização, ou seja, respeitando também, e já aqui foi referido, os princípios de subsidiariedade, contribuindo assim para uma melhor governação do País.--- Mas, a verdadeira, e foi aqui dito, e isto é que é importante, foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Câmara, a verdadeira Reforma do Estado, a discussão séria, aberta, sem dogmas sobre o Papel e as Funções do Estado, que permita uma Descentralização do Poder do Estado, também já aqui foi dito, e a Desconcentração do Aparente do Estado, esta tem sido sempre adiada.-----

A questão é que Estado queremos e podemos ter?-----

Discutir o Papel do Estado, redimensionando-o, redefinindo as suas funções é essencial, e devia ser um imperativo político.-----

Como esta discussão prévia não é feita, não é envolvida a sociedade, também já aqui foi dito, nem se procuram os contributos dos seus próprios agentes, económicos, sociais,

educacionais em termos desse processo.-----
Assim, o que é que nos resta? Minimizar a situação, encontrando-se as respostas possíveis, já que há concordância. O regime centralista é um problema grave ao nosso desenvolvimento enquanto País e Região.-----

E, depois de todas as outras tentativas, mais uma.-----
Os promotores e defensores dizem, agora é que é, o processo foi diferente, de baixo para cima, etc., etc.-----

Estão dizer exatamente o que os promotores anteriores diziam há uns anos atrás.-----
Mas, procurando ser positivo, mas não, e nunca sou um otimista irritante, reconheço que este processo pode vir a melhorar alguma coisa, principalmente na operacionalização de algumas competências transferidas.-----

Houve também bom senso, e também temos que ser corretos, ao dar prazos de adaptação, a tal perspetiva gradualista, prever acompanhamentos muito importante na implementação e fundamentalmente o respeito pela Tradição Municipalista Portuguesa, mesmo com siderando algumas trabalhadas nos *timings*, nas interpretações do processo legislativo e nalguns recados enviados pelo Senhor Secretário de Estado de uma forma sibilina.-----

Também, independentemente disto, há aspetos positivos.-----
Mas, atenção esta não é uma solução miraculosa cor-de-rosa, que tudo resolverá, como alguns pretendem dar a entender.-----

Bem pelo contrário.-----
Numa época de desinvestimento público que existe nos Serviços Públicos, já foi aqui também dito pelo Senhor Presidente da Câmara, receber competências da Administração Central direi Senhor Presidente é um ato de coragem política.-----

O bom senso aconselha sempre à reflexão e neste caso a termos todos cuidados acrescidos, concretamente:-----

- A conhecer-se o custo benefício para os visenses;-----
- O cuidado na definição do envelope financeiro, (continuamos a não saber) tendo em consideração a natural pressão daquilo que é a proximidade da decisão;-----
- A consciência do desinvestimento público que existe nos Serviços Públicos e a falta de recursos humanos em muitas áreas, principalmente na área da educação e saúde;-----
- As características burocratizantes e fortemente centralizadores da Administração Central e Serviços Regionais e que se têm vindo a agravar nos últimos anos.-----

Mas há também que ter em conta a estratégia política deste Governo de procurar ficar colado à boa imagem, aos nobres princípios e às boas intenções e expectativas criadas com este processo, deixando para outros mais tarde a implementação e os problema e também a “mercearia financeira”.-----

Uma matéria que quase é esquecida nesta discussão tem a ver com a necessidade urgente de harmonização da desconcentração dos Serviços Públicos com o processo em curso, tendo em consideração aquilo que é a especificidades dos Serviços Públicos no Interior do País.-----

Algumas das competências agora transferidas de certeza que vão atenuar as dificuldades de resposta que alguns Serviços Públicos hoje têm, mas não resolvem a principal questão que é a centralização cada vez maior da decisão.-----

Hoje os Organismos Públicos sediados em Viseu são meros prolongamentos dos Serviços Centrais que estão em Lisboa e Coimbra, não têm autonomia administrativa e financeira, eu vou dar um exemplo, as aquisições são todas centralizadas, as despesas dependem de autorizações dos Serviços Centrais, exemplo: Se quiserem comprar gasóleo, não podem, tem que a autorização vir e só depois é que podem fazer essa aquisição, e se for avarias de equipamentos a situação é a mesma, portanto, isto é um problema que nós temos, e os que têm autonomia, como é o caso do Centro Hospitalar Tondela Viseu, essa autonomia depende sempre naquilo que é importante, de autorizações superiores que se arrastam, seja do Ministério das Finanças como já sabemos no caso das obras da Urgência, seja

inclusivamente no caso de contratação de pessoal, isto é nítido, isto é uma autonomia que depende depois de autorizações superiores. Brevemente vai-se fazer um projeto piloto para algumas competências na área do pessoal, que ainda hoje foram anunciadas pelo Senhor Secretário de Estado.-----

Ou seja, com competências na proximidade melhora-se o nível operacional no acolhimento certamente, no atendimento, na celeridade administrativa da resposta, mas se o município pretender criar novos serviços aos cidadãos ou melhorar os existentes o Município fica sempre dependente da decisão (neste caso nas áreas de Saúde, Educação, etc.) dos representantes nomeados pelos respetivos Ministérios.-----

Em relação às posições aqui tomadas sobre as decisões de Não Aceitação e retirando algum argumentário natural da luta político-partidária, sinceramente não compreendo as reticências aqui levantadas em relação à posição do Executivo Camarário no que concerne às transferências de competências para a CIM Viseu Dão Lafões.-----

Não discuto o óbvio, aquilo que todos sabemos e defendemos!-----

- a necessidade de haver (já aqui foi dito) boas relações de vizinhança, que são praticadas;-

- a prossecução de objetivos comuns;-----

- aquilo que todos sabemos, que é potencializar as afinidades no domínio socioeconómico;-

- a necessidade de haver decisões supramunicipais, (todos sabemos que há necessidade) que permitam aquilo que todos também reconhecemos, uma maior racionalidade e rendibilidade nos investimentos regionais;-----

- haver uma maior eficiência na gestão dos recursos e potenciação de sinergias;-----

- haver também até uma certa solidariedade intrarregional:-----

Mas também,-----

- laços de cooperação e reciprocidade;-----

- e o respeito (e aqui nós somos Viseu) o respeito pela identidade, a estratégia e também o estado de desenvolvimento de cada concelho.-----

Ou seja,-----

Temos de apostar na Região, mas também a Região tem que apostar em nós.-----

Ou seja, não há uma via única de Viseu para os outros Concelhos – a via tem dois sentidos – não há só um sentido, tem dois sentidos.-----

Por isso, as apostas estratégicas e as dinâmicas de cada Concelho têm de ser respeitadas e consensualizadas.-----

Penso estar na Assembleia Municipal do Concelho de Viseu, certo? E como viseenses compete-nos colocar sempre em primeiro lugar a defesa dos interesses do nosso Concelho e avaliar se as decisões têm em consideração os superiores interesses do nosso Concelho, e nunca deslocar a análise para questões acessórias ou transformar a questão numa arma de arremesso político. Isto é que não, não pode ser uma arma de arremesso político como já aqui constatámos.-----

Quando a maioria dos Concelhos que constituem a CIM entenderam ficar com a universalidade da Assembleia Distrital, não se esqueçam, não considerando a proposta do Município de Viseu, que era uma proposta equilibrada e que pretendia no fundo rentabilizar o património que inclusivamente se situava no seu território.-----

O que aconteceu?-----

Não vou dar outros exemplos, porque penso não ser necessário.-----

Em relação à Não Aceitação de algumas novas competências em 2019 por parte do Município sinceramente também não compreendo as posições aqui tomadas principalmente pelo Partido Socialista.-----

O Município ao receber competências novas que obrigam à definição de novos circuitos administrativos, à preparação e formação dos funcionários que irão prestar esse serviço aos cidadãos, numa perspetiva que se pretende de maior qualidade, que se pretende de celeridade, entende o Executivo Camarário de um modo que eu digo, responsável não aceitar agora e preparar-se devidamente para, e de modo responsável para 2020 ou no máximo em 1 de janeiro de 2021 data em que as novas competências têm aí sim carácter

universal.-----
Alguns membros desta Assembleia entendem que deveria aceitar tudo o que é proposto, inclusivamente na ótica das dúvidas, que já aqui foram referidas pela Senhora Deputada Filomena Pires, que eu estava para ler, mas, não leio. Têm dúvidas, mas porque é uma proposta do nosso governo, aceitamos, ou seja, há dúvidas, não há envelopes, mas como é uma proposta do nosso governo, nós aceitamos. Acho que estão a avaliar mal a situação, porque não quero pensar que quisessem que o Município sem estar devidamente preparado e que de um modo irresponsável, se precipitasse e depois falhasse na resposta aos cidadãos. Eu não quero pensar nisso, que a oposição, que sei que estão para defender os interesses de Viseu, que quisessem que o Município aceitasse sem estar devidamente preparado de um modo irresponsável e que se precipitasse e que depois falhasse na resposta aos cidadãos.-----

Por isso há neste processo muitas contradições, o que não admira.-----
Por um lado, refere-se que os Municípios se devem ir adaptando e se preparando para a passagem universal em 2021, e por outro, publicam-se diplomas à pressa como já foi dito em finais de novembro, e solicita-se uma decisão para daí a 60 dias, sem envelope financeiro conhecido, com o ano de 2019 a decorrer, obrigando a sessões extraordinárias como estamos aqui a ter para a decisão.-----

É de nos interrogarmos todos.-----
Qual é a pressa? Já percebemos todos também! -----

Porque se pretende uma aprovação e implementação acelerada? O que se ganha com o exercício de competências nos meses de 2019?-----

Bom senso, reflexão e cuidados acrescidos é cada vez mais aconselhável.-----

O processo não está consolidado e, por isso, não devemos passar, e já aqui foi dito e muito bem pelo Senhor Presidente da Câmara “cheques em branco” a quem quer que seja sobre o nosso futuro coletivo, seja ao Governo, seja à CIM. Não devemos passar “cheques em branco” que têm a ver com o nosso futuro coletivo.-----

Não devemos avaliar aventuras ou riscos desnecessários.-----

Devemos também apostar aí sim no envolvimento dos agentes económicos, sociais, educacionais e culturais do nosso Concelho e Região, ganhando-os também para esta causa, que não estão ganhos, e com eles preparar novos passos no caminho do aprofundamento de novas transferências de competências, tendo em vista aí sim, uma verdadeira descentralização no futuro.-----

A terminar e a título pessoal quero afirmar que acredito nas potencialidades de uma Regionalização referendada, consensual e responsavelmente assumida pela maioria dos Portugueses, em que verdadeiramente se Desconcentre o Aparelho do Estado e se Descentralize o mesmo Poder do Estado.-----

Não podem ser os técnicos em Coimbra, ou os técnicos em Lisboa, que nos dizem a nós todos qual é o tipo de desenvolvimento a que temos direito.-----

Os problemas devem ser resolvidos por representantes eleitos pelas populações, que nos prestem contas dos seus atos e a quem possamos também responsabilizar.-----

Como cidadão quero participar, quero discutir, quero definir através do meu voto, o que entendo ser melhor para a minha Terra. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO RUI ANTÓNIO DA CRUZ MARTINS (PS):** Bom dia a todas e a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.-----

Caro Dr. Almeida Henriques Presidente da Câmara Municipal de Viseu, começo por lamentar a sua atitude de posição contra a transferência de competências e atribuições da Câmara Municipal de Viseu na CIM nos domínios do turismo, justiça, fundos europeus e

captação de investimento e associações de bombeiros. Esta tomada de posição só revela a sua obstinação pelo poder e tentativa do controlo da sua "quinta".-----

Recorda-se, quando há cerca de 3 ou 4 anos, numa tertúlia no Agrupamento de Escolas do Viso, questionei Vossa Excelência como pensava acerca da "municipalização da escola" e se garantia que as minhas duas filhas, que estudavam na altura em concelhos diferentes teriam o mesmo tipo de oportunidades de Escola e oferta educativa?-----

Vossa Excelência respondeu-me que não estava preocupado com os outros concelhos, só estava preocupado com o seu. Esta resposta nessa altura, já revelava no fundo a sua forma de estar, só, posso e mando!-----

Relativamente ao Ponto 8 nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto nomeadamente: a) Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; b) Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; c) Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, que no fundo com a Proposta de Aceitação, quero-lhe portanto, no fundo dizer que esta própria proposta pode e deve ser dinamizada de modo a poder corresponder a novas necessidades em Viseu, que assiste à chegada de muitos imigrantes. Por exemplo, do Brasil e da Venezuela. Muitos destes, de origem portuguesa, que, em face da situação política e socioeconómica da Venezuela, chegam a Portugal em situação muito precária. Ainda há pouco tempo, foi assinalado pelo Partido Socialista uma família do leste europeu a viver numa carrinha no parque de estacionamento da Avenida da Capitão Silva Pereira. Nos últimos dois anos, as instituições de ensino superior e as escolas profissionais de Viseu têm aumentado significativamente o número de estudantes internacionais. Um fenómeno que outras cidades, como Bragança, souberam dinamizar.-----

Esperemos que esta delegação de competências no domínio da emigração / migração seja uma oportunidade para desenvolver decisivamente e alargar os recursos, competências e o raio de ação de um renomeado Gabinete de Apoio aos Emigrantes e Migrantes e possa ainda proporcionar a criação de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) com o objetivo de promover a inserção social da comunidade imigrante, que vem para nossa Cidade e deve definir as medidas que visam uma integração plena dos migrantes e dar uma resposta integrada e capaz de atuar junto dos mesmos sazonalmente, que atende aos fluxos migratórios e às dinâmicas locais.-----

Bem sabemos que foi celebrado o Acordo de Cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e a Câmara Municipal de Viseu, onde o Município disponibiliza um Gabinete de Apoio ao Emigrante. Os munícipes que estão emigrados ou a pensar emigrar e precisam de ajuda podem recorrer a esta estrutura de apoio nas várias vertentes: social, jurídica, económica, investimento, emprego, estudos, entre outras. Mas, não são conhecidas grandes atividades deste Gabinete!-----

Como Viseu assiste, hoje, à chegada de muitos imigrantes, migrantes e refugiados, defendendo tanto e bem o Senhor Presidente a internacionalização, não será o momento de ampliar o Gabinete do Emigrante, por forma a dar resposta a estas novas realidades? Recordo-lhe que os Vereadores do PS recomendaram na última reunião o Gabinete de Apoio ao Emigrante – com uma ação pouco conhecida - veja dinamizada a sua atividade, estendendo também a sua ação a imigrantes e a eventuais refugiados. De facto, no concelho Viseu parece verificar-se uma vaga de imigração, com o regresso de várias famílias Venezuelanas como já disse há pouco e a entrada de estudantes. Todos eles podem e devem ser uma oportunidade para agarrar esta delegação de competências. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros desta Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, e restantes

participantes e observadores desta mesma Assembleia Municipal. Deixem-me começar por dar aqui duas notas de reconhecimento de alto sentido de estado, primeiro por parte do Partido Social Democrata, que sendo um partido da oposição, faz aquilo que não é normal um partido da oposição fazer em Portugal que é colaborar com quem está a governar. O Partido Social Democrata deu esta imagem de credibilidade ao estar a negociar com este governo diplomas importantes como Descentralização de Poderes para as Autarquias. Não é habitual vermos isto nestes quarenta e tal anos de democracia, é um passo, e esperemos que futuramente e se o povo estiver devidamente informado haverá uma troca de governo, e esperemos que depois o Partido Socialista aquando da oposição também tenha com o governo do Partido Social Democrata esta mesma postura.-----

A segunda referência tem a ver também com o ato de responsabilidade com que o Município de Viseu tratou estes diplomas, e que eu não vi ninguém aqui estar a referir. É que, o espectro solar não tem só o branco e o preto, tem mais cores, e há aqui uma tendência de achar que, ou é preto ou é branco. Não, há mais cores. O Executivo percebe que há mais cores, e portanto, com boa-fé analisou diploma a diploma, analisou situação a situação e fez a opção em conformidade com a avaliação que fez de cada assunto. Não veio dizer, não aceitamos nenhum diploma, nem veio dizer aceitamos tudo. Disse: Vamos ver com atenção. Foi feito o estudo, e perante o estudo chegou-se a conclusões e a seguir tomaram-se as atitudes que tinham que ser tomadas e que estão apresentadas aqui para nós as discutirmos e as podermos votar de aqui a pouco, e portanto, isto só demonstra que está de boa-fé. Mais, também disse que não foi por sorteio, justificou uma a uma o porquê do sim e o porquê do não, e ficámos elucidados, quem esteve com atenção, e quem quer ser elucidado obviamente. Portanto, estas duas primeiras matérias era importante ficarem aqui de forma muito bem registadas nesta questão. Depois, dizer que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Viseu percebe também que há aqui uma pressa e uma urgência que entendemos devido ao ano eleitoral que é este, vamos ter várias eleições, e portanto, mais uma vez à que fazer-se que se faz, dar a entender que se quer fazer, e portanto, há aqui uma pressa, mas também temos um ditado popular que diz-nos que a pressa é inimiga da perfeição, e portanto, alguma calma. Também é bom que a gente se reposicione numa situação, o que estamos aqui a discutir não é se o Município de Viseu em caso concreto, vai ou não receber estas competências, o que estamos a decidir é se as vamos receber por antecipação. Não sei o que seria eventualmente uma decisão de um Partido Social Democrata a dizer que vocês vão ter isto, e se não é agora, é daqui a um ano, e na pior das hipóteses daqui a dois, isto era do pior, isto era uma atitude ditatorial, isso foi feito, é isso que está a ser feito e parece que não tem problemas rigorosamente nenhuns porque a assinatura não diz Partido Social Democrata, mas diz Partido Socialista, e portanto, todo o *know-how* comunicacional deste País quando tem a assinatura do Partido Socialista não há má-fé, quando é do Partido Social Democrata é sempre uma coisa muito complicada, que tem que ser analisada, portanto, vamos clarificar: O que estamos a decidir é se vamos receber agora, se vamos receber para o ano ou se vamos receber daqui a dois anos, porque receber nós vamos receber sempre, ok? Outra coisa que eu também gostaria, para quem teve opinião contrária aquilo que é proposto pelo nosso Executivo, que nos fosse demonstrado, quais são os eventuais prejuízos que vamos ter ao não aceitar esta ou aquela situação? O que é que vai acontecer? Não vamos aceitar na Saúde. Vai haver mais problemas do que aqueles que estamos a ter neste momento por causa disso? O que é que vai acontecer? Qual é o risco que corremos neste ano e meio, dois anos, que é disto que estamos a falar não é, porque daqui a dois anos parece que vamos ter que aceitar essas competências, mas, concretamente, no dia-a-dia, as pessoas querem saber o que acontece na prática. As pessoas para saberem se estão bem ou se estão mal vão à carteira para ver se têm ou não têm dinheiro, é assim que se fala às pessoas, não é com outros chavões, com outro tipo de palavras que aqui são ditas, e, reforçar aqui aquilo que várias pessoas que me antecederam disseram. Obviamente que a transferência de competências pode ser feita de

muitas maneiras, eu por exemplo, na minha gestão familiar faço-as. Acertei com o meu banco, e faço a transferência de competências para pagar a energia elétrica, fiz transferência de competências para a água, fiz transferência de competências para pagar os seguros, fiz transferência de competências para pagar um conjunto de serviços, portanto, essas competências passaram para o meu banco que as vai fazer se eu tiver dinheiro na conta não é, como devem calcular, se eu não tiver, o banco não executa essas transferências de competências, só que aqui as coisas não são bem assim, de certeza que estão a ver, o governo transfere as competências de pagamentos para a autarquia, porque praticamente é disso que estamos a falar, ainda não ouvi falar aqui de transferências de competências de decisões, isso é que era importante. Onde é quer estão as transferências de competências de decisões? Estamos a falar de transferências de competências de execução de pagamentos, só com uma agravante, é que eu, se não ponho o dinheiro no banco, o banco não cumpre, e no caso das Autarquias o Governo Central se não transferir o envelope financeiro a Autarquia é obrigada a cumprir com os nossos impostos municipais quando devia ser com os impostos nacionais, portanto, estamos a falar de coisas que temos que ter em atenção.-----

Relativamente aos protocolos com este governo, obviamente ó Senhor Presidente, temos que estar, não é com um pé atrás, é quase com os dois, com os dois não senão a gente cai, mas quase, porque quando é que está executado o protocolo da 229? Há bocado estavam aqui a falar do IP5, não está o protocolo assinado do IP5? Foi cumprido? Então mas o que é que a gente está habituado a ver cumprido por este governo? Exceção feita ao Centro Oncológico que parece que, a placa já se não vê porque o edifício cresceu... ai não... foram as ervas que cresceram e taparam-na. É bom também a gente perceber, as verdades também têm que ser ditas. Eu não me queria alongar-me muito, mas já agora queria referir uma questão da CIM, e dizer aqui aos meus amigos socialista que vão ler porque está disponibilizado na *internet*, não *facebook* do próprio, de um Socialista de referência para mim no Distrito de Viseu há muitos anos, que é só Presidente da Assembleia Intermunicipal Dão Lafões o Dr. Rui Santos. Trabalhei com ele em termos sindicais, acompanhei o trabalho dele na Secundária Viriato como Diretor Regional de Educação e sabemos que tem um pensamento próprio, é socialista de sete costados, mas sabemos que tem pensamento próprio, vejam o que é que ele disse relativamente a isto e qual foi a postura que ele teve, ausentou-se da sala para não votar. Porquê? Porque ele como Presidente da Assembleia Intermunicipal Dão Lafões é Membro da Assembleia como eu sou e como outros que estão aqui dentro também são. Então, e nós na Assembleia Intermunicipal fomos ouvidos ou achados nesta questão de transferência de competências para a CIM? Estão-nos a passar um atestado de menoridade. Aqui a Autarquia até traz as coisas à Assembleia Municipal, mas a CIM não levou à Assembleia da Intermunicipal. Então mas para que é que são as Assembleias Intermunicipais? Então não servem para discutir uma questão importante como esta? Como aqui dizem parece que é quase a diferença do dia para a noite, e no entanto, não foi discutida, e não foi convocada nenhuma Assembleia, porque a ser teria que ser extraordinária, a ser extraordinária não havia pagamento de senhas, portanto isso é uma coisa que não tem importância e também em termos práticos não iria dar em rigorosamente nada, portanto, dizer-vos que esta questão de ir a jogo é como o jogo da sueca ou qualquer outro jogo, é importante a gente saber com que jogo é que conta, o que nós temos e onde é que estão os outros, agora às escuras isto é muito arriscado, e de certeza que nós não queremos que sejam tomadas decisões assim tão arriscadas quanto isso para se ir de olhos fechados ao jogo. Matérias em que o Executivo está à vontade trá-las aqui para a gente obviamente lhe dar o aval, naquelas em que sente que não está à vontade porque as coisas não estão bem claras, porque são matérias muito complexas, vamos dar mais algum tempo, poderão vir em abril, poderão vir em junho como Senhor Presidente disse, e já sabemos que na pior das hipóteses daqui a dois anos elas estarão cá.-----

Para terminar, dizer que, por parte do Partido Socialista não nos surpreendeu

rigorosamente nada a intervenção de hoje, também dizer-vos que aquele provérbio que diz “uma mentira repetida muitas vezes transforma-se numa verdade”, não é verdade aqui, não funciona nesta Assembleia Municipal, e mais uma vez percebemos que os Deputados do Partido Socialista estão mais interessados na defesa do Governo do Partido Socialista do que nos Viseenses. Tenho dito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Francisco Mendes da Silva. São 3 minutos agora.-----

----- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP):** Senhor Presidente, muito rapidamente só para dizer o seguinte: Quer dizer, o tema é suficientemente importante para termos algum cuidado com a forma com que o debatemos. Sobre a questão do isolacionismo, enfim, o Senhor Deputado Cristofe Pedrinho veio aqui invocar o “American First” e o Donald Trump, etc., não vale a pena, quer dizer, sinceramente, digo-lhe olhos nos olhos, não vale a pena, ninguém é aqui apoiante de Donald Trump acho eu, nem muito menos está nessa linha política, e portanto, isso é atirar, enfim, areia para os olhos das pessoas e querer contaminar o debate.----- Em segundo lugar, eu gostaria só, enfim, de perguntar, é uma dúvida sincera, gostava de perguntar ao Senhor Membro da Assembleia o meu amigo Alberto Ascensão o que é que ele queria dizer com fazer pela vidinha, porque, enfim, não concretizou e pelo menos na minha mente deixou-me algumas dúvidas. Numa interpretação benigna acho que tinha a seguinte premissa, que a posição do CDS aqui era de tal maneira absurda, de tal maneira fora do normal, de tal maneira abstrusa que haverá qualquer justificação para ela que não a defesa dos interesses dos viseenses. Mas, quanto a isso eu devo dizer-lhe o seguinte, e também respondo à questão do isolacionismo, a posição do CDS é exatamente a posição que foi tomada por Câmaras como Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Porto, Gaia, Sintra, Mafra, Valongo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Matosinhos, Paredes, Espinho, Santa Maria da Feira, Seixal, Palmela, Alcochete e muitas outras. Câmaras do PSD, sozinho ou em coligação com o CDS, Câmaras do PS e Câmaras do PCP, e portanto, quanto a isso estamos falados, quanto à questão de isolacionismo estamos falados, é isolacionismo só porque não concordamos com todos os Municípios da CIM? Mas porque raio é que Viseu há-de ter a posição irresponsável se sabe que... se os serviços dizem para isto não temos competência, não conseguimos assegurar, há um risco para a segurança dos viseenses, para as finanças do Concelho, porque é que nós havemos de aceitar esta transferência de competências só para fazermos unanimidade em toda a CIM? Pergunto eu. Porque, eu há bocado falei e não quero ser sensacionalista com isto, eu falei de Borba, mas, não querendo ser sensacionalista é preciso que as pessoas tenham noção do que é que aconteceu ali. Toda a gente disse, quer o Presidente da Câmara, quer o Governo, pelo menos deixaram implícito. Houve uma transferência de competências que não teve o protocolo suficientemente circunstanciado para haver uma clareza de competências, foi isto que aconteceu, e portanto, aquilo era, ninguém sabia quem é que era o responsável, e entretanto foi-se erodindo aquela pedreira e colocando aquela estrada em risco. Eu não estou a dizer que vá acontecer isso, mas, eu nem quero que aconteça isso, ou sequer 10% do que aconteceu lá, só porque o Partido Socialista, como muito bem disse o Membro da Assembleia que me antecedeu, nesta posição irresponsável está a ser mais uma vez representante da propaganda do Governo perante os Viseenses em vez de ser representante do interesse dos Viseenses perante o Governo, e é isto que está aqui a acontecer, está a ser correia de transmissão da propaganda do Governo, em vez de ser correia de transmissão dos interesses dos Viseenses. E para terminar Senhor Presidente, deixe-me só fazer um pedido ao Presidente Almeida Henriques. Como lhe disse há pouco na minha primeira intervenção...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhor Deputado 3 minutos!-----

- *O Senhor Deputado Francisco André Dinis Mendes da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:* Sim, estou mesmo para terminar, porque isto é importante para o nosso sentido de voto, portanto, eu preciso deste esclarecimento. É verdade que, independentemente

daquilo que vai ser decidido aqui, os municípios, se tudo correr pela normalidade, ou seja, se a lei não for revogada ou alterada, terão de incorporar estas competências até 1 de janeiro de 2021, portanto, é uma questão de tempo. O que eu lhe pergunto, é se essa antecipação que propõe da transferência de algumas competências, eu queria saber qual é que é o seu racional sobre a capacidade que os serviços já têm, ou seja, se é só... nós não queremos dar obviamente uma carta-branca ao Governo, mas também não queremos estar a aceitar competências que a Câmara não tenha por certeza que as pode cumprir. E portanto, o que eu lhe pergunto é: Aceita essas competências porque o município já as cumpre, ou algumas semelhantes, ou algumas congêneres a nível municipal, ou tem mesmo a certeza de que tem as capacidades humanas materiais e financeiras para as cumprir? Porque, como eu lhe disse, nós não queremos impor ao município competências que o próprio município através de os órgãos mais avalizados que são os Serviços dizem que não podem cumprir, mas também não nos parece, até porque, lá está, em 2021 todos temos que cumprir essas competências, não me parece também que devamos nessas competências que o município diz que já pode cumprir, enfim, tentar colocar o pé na porta para impedir o que quer que seja. Agora, também lhe peço, gostava que fosse um pouco mais explícito sobre o raciocínio que o município fez quanto a esta matéria. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro. Tem 3 minutos.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Reitero os cumprimentos Senhor Presidente.-----

Senhor Presidente eu começaria, portanto, respondendo ao Senhor Deputado representante do CDS e dizer-lhe o seguinte: Já não é a primeira vez, é a segunda, e olhos nos olhos digo-lhe com toda a consideração e respeito que tenho por si e por toda a gente, e não gosto muito de entrar nesses debates. Eu fico sempre em pele de galinha quando me falam em correias de transmissão. Eu bem percebo essa linguagem porque provavelmente no CDS isso é comum, mas eu não vou aceitar isso, e não aceito isso por uma razão muito simples, é porque, e não vou sequer estar aqui a fazer nenhum historial sobre isso, mas diria só uma coisa que é importante, e que fico satisfeito, mas o que lhe vou dizer é com toda a sinceridade como não podia deixar de ser. Eu fico satisfeito que o Partido Socialista, sendo eu alguém independente, que não tenho nenhuma ligação partidária ao Partido Socialista, que, sobre esta matéria não me tenha dado, não recebi de nenhum responsável do Partido Socialista nada vezes nada que diga, os senhores devem proceder desta maneira ou devem proceder daquela. Tudo o que eu aqui disse, e eu respondo por mim, tudo o que eu aqui disse, foi dito em consciência e portanto, não tem nada a ver com a defesa do governo na medida em que foi aqui colocado, portanto, aquilo que eu lhe quero dizer é que é injusto em toda a linha, porque, se me diz: Bem, mas o senhor faz parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, claro que se faço identifico-me com o que o governo faz, identifico-me, mas não é a 100%, e tenho muitas divergências como qualquer elemento que aqui está de outro partido, como o senhor tem com o CDS, como os do PSD têm quando o governo é do PSD, etc., e portanto, o que eu quero dizer é que, o que aqui foi dito por mim, e o que aqui foi dito pelo Partido Socialista é aquilo que em consciência eu disse e por isso, o senhor frisou na intervenção que fez anteriormente, frisou uma coisa que me parece que deve ser discutida, por isso eu disse que, as filosofias e os princípios desta reforma, e sendo eu um regionalista convicto, e aqui digo que, aquilo aqui foi dito que pelo Dr. Mota Faria e pelo Dr. Almeida Henriques sobre aquilo que devia ser feito na Reforma do Estado do ponto de vista político-administrativo, devíamos, e eu estou de acordo, devíamos hoje todos já saber o que é que vai ser descentralizado por a parte do estado, se é favorável à Regionalização, o que é que cabe às Regiões, o que nós estamos aqui a discutir, e esta é que é a discussão séria, não é, nem Regionalização, nem essa mesma reforma administrativa, o que aqui se está a discutir é, quando muito uma vertente municipalista de transferência de competências para os municípios. Se me perguntassem a opinião, eu estaria de acordo com isto. Agora, também estou de acordo com uma coisa e

não concordo com o que aqui também foi dito pelo PSD,-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado 4 minutos! -----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue a sua intervenção dizendo: Ok, eu vou terminar, mas só para dizer isto porque parece-me que é importante, se me dá licença, que é, bem sei que há eleições, bem sei, e este assunto é demasiado sério para realmente ter uma conceção partidária porque eu acho que é muito importante o assunto, e portanto, eu bem sei que há eleições. Reparem, há eleições, mas também há um final de um mandato que se isto não fosse colocado em andamento, depois de um acordo de uma consensualização política e até social, digamos que, se não fosse colocado, o que é que diriam os partidos da oposição? Que afinal faltou à promessa. Porque afinal fez um compromisso com um determinado partido, negociou, negociou, e ouvia o outro tipo de discurso, quer dizer, o Partido Socialista negoceia, negoceia, negoceia, fala, fala, fala, mas não faz nada, e portanto...-----

- Alguns Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares, não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro retoma a sua intervenção dizendo: ... isso ó Senhor Deputado, isso é a vossa opinião, os senhores podem-se rir, mas... ó Senhor Presidente, quando quiserem ter alguma opinião até gostava que viessem, e portanto, eu gostava só de terminar dizendo o seguinte: É legítimo, e por isso é que eu me coloquei no ponto de vista dos princípios, e tem toda a lógica, é legítimo que os municípios e por isso é que é gradualista, é legítimo que os municípios, e é legítimo que o Município de Viseu não tenha abarcado todas as áreas que aquele decreto-lei lhe dá, porquê? Porque, sendo executivo tem que olhar para o que está lá e saber se tem competências e se vai fazer melhor do que aquilo que estava a ser feito e que é feito pelo próprio Estado, eu acho isso legítimo, e não só acho legítimo como penso que é assim que todos os executivos devem proceder, eu não tenho nada contra isso, agora, o que nós colocámos aqui, e não tem nada a ver com correia de transmissão, no que aqui nós colocámos e que é legítimo também, é que, não sendo nós executivo, é o problema dos valores ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado. -----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro termina a sua intervenção dizendo: Muito obrigado. Eu vou terminar, é só para deixar isto bem claro. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão. Três minutos.-----

----- CATORZE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia incluindo as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Bom, é uma questão lateral mas que interessa ficar esclarecida. Venho aqui de alguma forma responder aquilo que fui questionado pelo meu amigo, posso chamá-lo assim, Dr. Mendes da Silva, com muito respeito e consideração. De facto, a questão que eu levantei, de fazer pela vida ou vidinha, o termo não interessa se está no diminutivo ou não, é uma questão de terminologia portuguesa, o “inha”, mas insere-se num contexto que depois duas outras intervenções aqui feitas após a do Deputado Mendes da Silva, de alguma forma dão explicação para isso, e eu estou-me a referir concretamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia e à intervenção do Deputado Manuel Teodósio quando perguntam qual é a pressa? Eu chego à conclusão que, além de todas as virtudes que esta descentralização possa ter, que já se encontra mais ou menos, mais ou menos não, de facto encontra-se consensualizada através daquilo que era a Associação Nacional de Municípios, até pela voz do seu Vice-Presidente Dr. Almeida Henriques nos traz, isto insere-se exatamente nisso. Além dessas virtudes, e de todas as virtudes que estão plasmadas nos vários decretos-lei

que foram sendo publicados, também têm virtude, e é nesse contexto que eu inseria esta possibilidade de fazer pela vida, e depois quero dar mais uma explicação, é que também deu a possibilidade que os partidos comecem a fazer a sua campanha eleitoral, é isso que está a acontecer. O Partido Socialista com esta legislação e com esta discussão que se está a fazer agora nas Assembleias Municipais com vista à sua implementação ou não, também dá possibilidade a que se venha aqui de alguma forma projetar já, fazer pontaria com as armas de uma campanha que se avizinha, campanha que se avizinha e que de alguma forma se percebe que os partidos estão a tomar... e até destas intervenções eu tirei estas ilações e penso que não estou errado. Queria também deixar agora bem explícito isto: Não tem nada de pessoal esta afirmação. Do conhecimento que tenho do Dr. Mendes da Silva, também do Deputado Mendes da Silva, mas do Dr. Mendes da Silva, já mais me levaria a proferir uma afirmação pessoal deste género, portanto, que fique bem claro, que é expressamente e unicamente política e referente ao CDS no contexto de um partido que não tem a projeção que gostava de ter e é nesse contexto que eu digo que procura fazer pela vida. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhum pedido de intervenção tem palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUINZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e os Senhores Membros da Assembleia Municipal. O que é que me ocorre dizer depois deste conjunto de intervenções? Antes de mais foi útil que esta discussão ocorresse, até porque, da discussão que tivemos até agora o que é que ficou bem claro? Ficou bem claro que a abordagem do Executivo, aqueles no dia-a-dia estamos a trabalhar neste processo e que o povo legitimou está a agir com a prudência que tem que agir, isto é, nós não pomos em causa o processo, ficou bem claro, e quando o Partido Socialista vem aqui fazer juízos de valor, perguntem na Associação Nacional de Municípios, perguntem nos vários Membros do Governo, este Presidente de Câmara, enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios participou ao longo de mais de 3 anos de uma forma perfeitamente empenhada, de uma forma isenta e de uma forma sempre muito lúcida em todo o processo, nunca me coíbi de participar, portanto, esta é a prova da boa-fé com que estou neste processo e com que o Executivo está neste processo, e chegados a este momento é preciso tomar decisões. Nós até podíamos não trazer cá a aprovação desses 4 diplomas, ou destas 4 matérias em que aceitamos a competência porque a lei diz tacitamente elas seriam aceites, nós até só podíamos trazer hoje aqui aquelas em que queremos rejeitar, mas achámos que não o devíamos fazer, porque este deve ser um processo participado, um processo democrático e é isso que temos procurado fazer. O que é que ficou aqui também bem claro? Não vou repetir os argumentos que utilizei na minha intervenção inicial, acho que eles ficaram claros não vou estar agora a repisá-los, várias intervenções aqui também o permitiram clarificar, a verdade é que politicamente há um facto muito relevante nesta Assembleia, é que o PS está isolado, do ponto de vista do debate político, é verdade, é a primeira vez que isto acontece. Do ponto de vista debate político propriamente dito, independentemente de umas razões ou outra, o PS está isolado, porquê? Porque estamos a debater esta questão com a seriedade que temos que ter, com os pés assentes na terra, não estamos aqui com tacticismos. Se o Executivo estivesse aqui com uma postura tática, não estava a aceitar 4 competências, não aceitava nenhuma, colocava-se numa posição política tática e não aceitava. O PS opta por dizer assim: Meia bola e força, Maria-vai-com-as-outras, não interessa as consequências. A posição em que o PS hoje se coloca aqui é: Aceitem as competências todas independentemente das consequências que isso possa ter. Ora, nós fomos mandatados pelo povo de Viseu para governar o concelho, e temos que o fazer com sentido de responsabilidade, em cada momento ao longo destes três anos conferenciei com os meus pares do Executivo, envolvi os Serviços da Câmara Municipal e os vários serviços neste processo, deram-me dicas em determinados momentos para poder introduzir na

discussão, e portanto, nós hoje temos uma noção exata de todos os diplomas que estão aprovados e dos que vão ainda ser promulgados em que pé estamos, e onde é que estamos melhor, onde é que estamos a preparar-nos para poder receber outro tipo de competências. Isto é uma postura responsável, e acho até uma contradição que se venha aqui dizer que é legítimo que se pondere, como o Senhor Deputado agora dizia, e depois dizerem aceitem tudo, isto é uma contradição flagrante, quer dizer, como é que se pode por um lado dizer assim: Aceita-se que o Executivo pondere e que até possa aceitar agora umas e outras a seguir, e depois vem-se dizer assim: Aceitem é todas, deviam estar era a aceitar todas. Isso é de facto uma atitude de uma grande irresponsabilidade. Por outro lado o que é que ressaltou também aqui? É que quando faltam argumentos vamos para o campo da adjetivação. O Presidente da Câmara está a fazer “birra”. O Presidente da Câmara, enfim, deixa ver se eu me recordo para não estar a cometer nenhuma enormidade, o Presidente da Câmara tem ânsia de poder, o Presidente da Câmara é um egocêntrico. Faltam argumentos, é preciso adjetivar, enfim, também só assenta a carapuça a quem efetivamente se sente atingido. Sinceramente, quando os senhores adjetivam o Presidente da Câmara, eu sei bem a pessoa que sou, tenho sentido autocritico, além disso tenho um percurso que fala por si, até do ponto de vista regional. Os senhores naturalmente nunca presidiram a instituições. Fui em todas elas eleito, nunca fui nomeado, em todas elas eleito. Como Presidente da Câmara e Comércio e Indústria da Região Centro, portanto, sentido regional, nos vários percursos que fiz, na Associação Nacional e Municípios, no dia-a-dia como me comporto, e do respeito que tenho por parte dos meus colegas, isso aí fala por si, portanto, quando procuram dizer que eu estou a fazer birras, ou que sou egocêntrico, ou que tenho ânsia de poder, enfim, se ser egocêntrico é defender os interesses dos cidadãos de Viseu, aí sim, sou profundamente egocêntrico. Se fazer birra é dizer, só aceitamos estas competências quando soubermos o quadro total, e estivermos preparados, aí sim, sou um birrento, porque efetivamente não abdicarei dessa defesa, e portanto, que fique bem claro que é este o comportamento que temos tido. Indo agora também à substância do que aceitamos e do que não aceitamos. Senhor Deputado Mendes da Silva, pensei que tinha ficado claro, mas se nós aceitamos de imediato as competências no domínio da habitação, não nos acrescenta nada, nós hoje já somos um município através da Habisolvis, nós no fundo já temos 100% da ação no domínio da Habitação Social, a única coisa que ganhamos é um bocadinho mais de autonomia para poder tomar outro tipo de decisões, ainda para mais, enfim, com os protocolos que temos vindo a desenvolver com o IHRU mais capacidade temos de ação, não há aqui pacote financeiro, nós já dependemos de nós próprios, nas competências que no são adstritas também não temos mais transferências, mas ganhamos apesar de tudo mais alguma autonomia.-----

No domínio da gestão do Património Imobiliário Público, há imóveis em Viseu do Estado Central que nós temos vindo a reivindicar. Custa-nos ver o SLAT no estado em que está, custa-nos ver na Prebenda um edifício devoluto há muito anos sem ter utilidade em sítios que são estratégicos, ora, então, recebamos este património porque o Município mesmo não tendo transferência de competências pode concorrer a um fundo comunitário para fazer a reabilitação ou ir através do IFRRU ou de outro, e instalar serviços que sejam úteis para a população.-----

No domínio do Estacionamento Público, também estamos a falar de uma matéria em que já é só o executivo, só o município é que... se noutros municípios há ali uma repartição, em Viseu há claramente uma competência única nossa, e com uma vantagem, até há em aspetos da Lei receita a mais que poderemos vir ter ao aceitar a competência, não deixando e fazer o que já estamos a fazer.-----

Na instalação e Gestão da Loja do Cidadão dá-se aqui a feliz coincidência, de que nós no fundo já antecipámos o que está aqui, porque já negociámos com o Governo a transferência da Loja do Cidadão do local onde está para o nosso Mercado Municipal, e nesse ponto de vista ficaremos nós a gerir a Loja do Cidadão e a sua ligação com os

Espaços do Cidadão e também nos domínios dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante também temos um Gabinete de Apoio ao Emigrante, no Apoio Local e Integração de Migrantes a mesma coisa, portanto, no fundo já são competências, e onde aqui, com maior legitimidade o podemos fazer, portanto, perceberá que aqui não há envelope financeiro, digamos que, o que poderá haver é receitas que advêm da nossa prática, da nossa competência própria que nos ajudarão a equilibrar estes serviços que já prestamos aos cidadãos, e portanto, são estes quatro concretos e por estas razões.-----

Em relação às questões que se prendem com a CIM. Porque é que nós achamos que a CIM não devia aceitar neste momento? O não aceitar neste momento não significa que daqui a dois meses não o possa fazer, não significa, porque se o debate for feito, chegaremos a entendimentos, agora eu pergunto, nestas áreas que estamos a falar, na área da Justiça nem vou falar porque é uma área onde praticamente nada se faz, agora, na área dos Bombeiros e da Proteção Civil, o nosso posicionamento, até público, fala por si, nós temos vindo o Senhor Vice-Presidente e eu próprio, temos vindo a defender que se há área onde nós devemos trabalhar articuladamente, e até termos uma coordenação ao nível da CIM, é na área da Proteção Civil, porquê? Permitiria outra eficácia do ponto de vista da ação, permitiria outra intervenção, permitiria evitar duplicação de meios, esta é uma área que temos vindo a defender, há 5 anos que defendo isso, ou há mais anos até, mas onde é que está esse debate na CIM? Onde é que está uma estratégia definida na CIM para este efeito? É que aquilo que se está a fazer na CIM é o seguinte: Temos aqui uma folha em branco, assinem por baixo. Não assinamos por baixo folhas em branco, é preciso preencher a folha, é preciso dizer o que é que se pretende. Nesta área da Proteção Civil não está só em causa a eventual transferência de competências do Estado Central, está também a reflexão, porque reparem, há coisas que têm que vir por decreto, há outras que podemos fazer por nós. Nós podemos juntar os 14 municípios e dizer assim: Em matéria de Proteção Civil queremos dotar a CIM de mais um conjunto de competências, e no fundo, em vez de ser cada um dos municípios ser a CIM a desenvolvê-las. Este debate nunca foi feito, e é uma boa oportunidade para o fazer, seja uma boa oportunidade para o fazer.-----

Em relação à Promoção Turística. Qual é a estratégia da CIM? Algum dos senhores me consegue dizer? Viseu mal ou bem, podem discordar da estratégia, mas temo-la. A comunicação que temos vindo a seguir ao longo dos anos, as participações que designadamente temos vindo a fazer, ainda agora estamos a participar na FITUR, na BTL e noutros locais, os números falam por si, passámos de 100 mil dormidas para 250 mil dormidas, quase duplicámos o retorno do ponto de vista daquilo que são as receitas do Turismo, e com impacto também depois no comércio, e com impacto na restauração, ora, esta é uma boa oportunidade, concordando nós que deverá estar na CIM para discutirmos qual é a estratégia para o domínio do Turismo, para não só assumirmos estas competências como irmos um bocadinho mais além.-----

Do ponto de vista dos Fundos Comunitários e da Captação de Investimento, que ninguém altere as regras ao meio do jogo, eu também acho que para o 20/30 é preciso aprofundar ainda mais o papel da CIM, mas também é preciso que se saiba o que é que a CIM quer fazer disso. Como é que é, quer receber mais algumas competências? Para que efeito? Para isolar Viseu, ou para desenvolver globalmente toda a região? Isto é preciso ser discutido. Na captação de investimento, nunca a CIM deu um passo que fosse para dizer o que é que quer fazer nesses domínios, está na altura, é a tal discussão estratégica, aproveite-se esta oportunidade, agora, não se aceite também chantagem, isto é, a Associação Nacional de Municípios foi muito clara, quer na sua reunião de Direção, quer no seu Conselho Geral, e quem lá esteve sabe disso. Se em algum momento o governo procurar ter algum artifício por mais pequeno que seja para prejudicar um Município ou uma Comunidade Intermunicipal pelo facto de ainda não ter aceite as competências neste momento, pois terá a Associação Nacional de Municípios à perna, e seguramente que há regulamentos que têm que ser alterados, e há sempre mecanismos de recurso também

para a Comissão Europeia a dizer que estão a ser subvertidas as regras que foram definidas, portanto, que não venham dizer que o Município de Viseu está a prejudicar a região ou seja o que for, porque não está. Os mecanismos do Quadro 2020 estão todos definidos, todos definidos, e se a candidatura não puder ser feita de uma maneira, é feita de outra, a não ser que apareçam coisas novas, mas se aparecerem coisas novas, é aproveitamento político e má-fé e cá estaremos nós para suspender de imediato. Um dado que foi trazido aqui pelo Senhor Deputado Mendes da Silva é muito relevante, eu não sabia dessa questão da apreciação Parlamentar, é que se de facto o CDS no seu legítimo direito enquanto Grupo Parlamentar solicitar a apreciação parlamentar desses Diplomas, suspende a execução destes mesmos Diplomas, e portanto, ainda mais compasso de espera vamos ter aqui, eu volto a afirmar este é um ano perdido. Da forma como isto correu é um ano perdido, agora, vamos espetar a faca, e dizer, há pressa, decidam. Não, eu não abdicó, não abdicamos de fazer uma ponderação serena de pés bem assentes na terra. Por um lado, queremos conhecer o pacote financeiro, é que reparem, um despacho do Senhor Secretário de Estado não faz lei, as leis são feitas ou na Assembleia da República ou no Governo, aí é que são feitas as leis que nos regem, um Secretário de Estado ao fazer uma interpretação não está a fazer lei, não vincula ninguém, vincula-o a ele próprio. Interpretações como nós recebemos, feitas no Gabinete do Secretário de Estado não vinculam ninguém, assim como frases dúbias, vejam lá porque podem ser prejudicados nisso, também não aceitamos, porque as regras são iguais para todos. Nós até agora fomos aos fundos comunitários com toda a transparência, felizmente somos dos municípios com mais fundos aprovados até ao momento, mas porque são as regras, de acordo com as regras, e portanto, não aceitamos que alguém possa vir a ser penalizado no futuro.-----

Há outras áreas que obviamente que até já foram aqui faladas, a Deputada Filomena Pires há bocado falava do IP5. Nós estamos disponíveis para receber o IP5! Qualificado! Foi isso que combinámos. O problema é que combina-se e não se faz. Reparem, o IP5 entre a Boa Aldeia e o Caçador devia ser entregue no segundo semestre deste ano já qualificado, e a Câmara de Viseu receberia o IP5 qualificado. A 229 que ainda nem projeto tem, já devia estar em execução e devia depois ser qualificada entre o Parque de Mundão e Viseu e a Câmara receberia esse troço entre o Parque de Mundão e Viseu e passava a ser um troço municipal porque é criada a outra variante que vai sair ao Caçador, agora, nós estamos disponíveis para assumir responsabilidades e para aceitar que algumas estradas que hoje são nacionais possam vir para domínio do município, mas não a qualquer preço, senão também estamos a onerar as nossas coisas.-----

Por último, deixem-me só dar aqui um dado, para vocês refletirem. Há uns anos atrás, os municípios receberam competências na área do pré-escolar do básico, e receberam designadamente os transportes escolares e as refeições escolares. Têm ideia, isto é mesmo real, não é ironia, de qual é o grau de cobertura daquilo que é transferido do Estado Central face ao custo que o Município de Viseu hoje tem? Custo que eu considero um investimento. Não chega a 40% em nenhuma delas, isto é, o investimento que nós fazemos todos os anos em refeições escolares, aquilo que o Estado Central nos transfere hoje em dia não chega a cobrir 40% do custo real que temos. Nos transportes escolares a mesma coisa. Agora, extrapolem isto para as áreas que vamos receber. Se formos irresponsáveis, estaremos a prazo a levar à ruína a Câmara Municipal, e depois o responsável será o Presidente Almeida Henriques que levou a Câmara à ruína, e não o facto de irresponsavelmente termos aceite em determinado momento coisas que não devíamos aceitar. Neste processo ainda a procissão vai no adro, e quando as pessoas, ainda a procissão não saiu do adro, já querem que a procissão chegue ao destino, como é o caso do PS, quer dizer, isto é uma atitude de uma grande irresponsabilidade. Os senhores hoje que fizeram aí uma série de intervenções sempre a tentarem atacar o Presidente da Câmara, até com juízos de carácter, juízos de carácter. Eu nunca faço juízos de carácter sobre os meus adversários, acho que nisso cada um deve fazer os seus. Desculpem, quando se diz que ele tem ânsia de poder, quer mandar nisto tudo, que enfim, que faz birras, isto são

juízos de carácter, temos que reconhecer que são juízos de carácter. Rejeito-os em absoluto. Agora, a verdade é que, este não é um estado de alma, esta discussão, o que está aqui não é um estado de alma, nós estamos a falar de coisas muito importantes e estamos a falar de coisas que têm euros lá, e se nós aceitarmos as coisas sem sabermos o que estamos a fazer vamos pagar seguramente a fatura. Vos garanto o seguinte: Se fossemos a seguir esta atitude da meia bola e força que o PS queria que nós seguissemos estaríamos a caminhar para o muro, aí é que estávamos, e mais, eu não sei, até porque também não quero fazer juízos de valor, eu não quero acreditar que o interesse partidário se sobreponha ao querer que as coisas corressem mal para depois poderem acusar a gestão do PSD por terem corrido mal, não quero chegar a esse ponto, agora, acho que de facto a questão da partidarite fica bem presente nas posições do Partido Socialista, fica aqui muito bem presente a partidarite. O governo quer mostrar resultados, vamos lá estar em torno do governo, o que prova que normalmente isto tem acontecido muito é que, quando está em causa o interesse de Viseu, primeiro está o interesse do partido é isso que o Partido Socialista nos tem demonstrado e mais uma vez é isso que aqui está demonstrar, agora, nós estamos serenamente e vamos continuar a fazer este percurso serenos, e é bom que se perceba, que os cidadãos percebem, o facto de nós hoje não estarmos a aceitar as competências por exemplo, na Comunidade Intermunicipal para 2019, estamos a falar em 2019. Nós estamos no final do mês de janeiro, estamos a falar de um percurso que ainda está a decorrer. No mês de abril estaremos aqui a discutir mais um conjunto de diplomas, em junho estaremos a discutir se aceitamos ou não as competências para 2020, que fique bem claro, não se está aqui a fazer uma rejeição que afete o futuro, estamos a falar de dizer, neste momento não, vamos discutir, temos no fundo pela frente no caso da CIM, temos pela frente 3 ou 4 meses para ter uma discussão séria e para estruturarmos aquilo que é a estratégia que queremos e se tudo correr como eu espero, estaremos aqui daqui a 3 ou 4 meses a dizer: Face a esta estratégia então vamos lá em força, em frente porque este é o caminho, mas com uma estratégia previamente definida que eu terei o cuidado de apresentar aqui aos senhores que é dizer assim: A estratégia para esta área, para esta, para aquela e para aquela outra o que ficou consensualizado na CIM, consensualizado é isto, e assim sim, é uma atitude responsável, agora, cheques em branco não passo até porque quem nos elegeram foram os habitantes de Viseu, certo? Nós respondemos perante os 100 mil habitantes de Viseu e portanto, primeiro que tudo temos que ponderar os interesses daqueles que nos elegeram e depois o resto, portanto, a quem temos que prestar contas, não só nós, mas os senhores, é a quem nos elegeram, isto também deve pesar na nossa avaliação porque nós temos que cuidar da nossa casa, obviamente que temos que estar atentos às casas à volta, e temos sempre uma perspetiva regional, mas em última análise temos que estar atentos é exatamente aquilo que deve ser. Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia que saúdo também pela intervenção que fez, muito lúcida, lembrando o histórico porque nisto as coisas não caem do Céu, há aqui pessoas que esta semana nasceram para estes assuntos, nós andamos nisto há muitos anos e ponderámos muito, há aqui muitas horas, centenas de horas, eu tenho centenas de horas de trabalho neste *dossier* enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, os nossos Serviços já têm centenas de horas de trabalho sobre isto. Há pessoas que durante a noite escreveram três coisinhas que acharam que podiam sair aí numa notícia qualquer e manda-se aqui, enfim, a tal histeria que muitas vezes têm e a tal lógica quase mandatária, ou é assim ou é assado. Não, neste caso há um processo gradual, e portanto, até 2021 se efetivamente não houver aqui num novo governo uma reavaliação porque estes processos são de tal forma melindrosos que muitas vezes podem ter que merecer uma reavaliação. Nós até podemos avançar agora num conjunto matérias e daqui a uns tempos estarmos a discutir outra vez com o governo, seja ele qual for, que na matéria A... e por exemplo, eu espero que na Saúde voltemos outra vez a discutir o assunto, sinceramente, o negócio da forma como está aqui feito é ruinoso, qualquer autarquia que assuma as responsabilidades na Saúde que estão hoje no diploma, estão a ser empurrados para a

ruína, sobretudo autarquias da dimensão da nossa. Portanto, o *dossier*, eu disse isso também na sede própria, eu tenho a expectativa que em relação à Saúde haja logo espaço mal entre em funções um novo governo para reabrir a discussão no dossier da Saúde, como espero que se volte a reabrir o dossier na Área Social porque acho que aí podemos ir mais longe do que aquilo que fomos, há aqui dossiers onde a discussão que tivemos em que o ponto de partida e o ponto de chegada são completamente diferentes, portanto, há um processo, nós estamos com este processo, a fazê-lo da forma que entendemos que o devemos fazer, com seriedade, com os pés bem assentes na terra, pensando no interesse coletivo dos nossos concidadãos, da Região e no País, e achamos que estamos a dar um contributo muito bom para este debate do ponto de vista do País. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. É um protesto? Tem a palavra para o protesto.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia incluindo as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Senhores da Comunicação Social. Eu uso a figura protesto para dar uma explicação...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Não, não. Atenção, ou é protesto ou é o quê?...-----

- *O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão prossegue na sua intervenção dizendo:* Eu uso o protesto. Venho aqui fazer um protesto para dizer o seguinte: Estamos na Casa da Democracia, discutimos política, e todo o conteúdo daquilo que eu digo aqui é exclusivamente político, não faço julgamentos de carácter usando expressões que se inserem politicamente, portanto Senhor Presidente da Câmara não entenda isto como uma adjetivação pessoal. É uma adjetivação ao Senhor Presidente da Câmara que por acaso, por acaso não, por força da votação expressiva que teve, como gosta de dizer, teve nas últimas eleições autárquicas e que se chama António Joaquim Almeida Henriques. O cidadão António Joaquim Almeida Henriques não está nas expressões que eu usei, quem está é o Senhor Presidente da Câmara. Eu não poderia usar isso pessoalmente, não cabe nos meus princípios, já que pessoalizou, agora, lamento que hoje me tenha cabido o problema de ferir suscetibilidades. Se feri suscetibilidade pessoal, peço-lhe que entenda isto politicamente porque foi só politicamente que eu usei os termos, não há nada pessoal, não há aqui nenhuma intenção de ferir a pessoa do cidadão António Joaquim de Almeida Henriques. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente quer usar da palavra. Tem a palavra.-----

----- **DEZASSETTE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** É só para dizer ao Senhor Deputado que há uma coisa que se chama “boomerang” não é, que tem um efeito ricochete. Sabe que expressões como birra, como ânsia do poder, etc., olhe, o Presidente da Câmara nunca decide por estados de alma, decide com base em dados concretos, se o Senhor Deputado está habituado a deixar-se influenciar por estados de alma é um problema seu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Iriamos então iniciar a votação. Eu vou ter o cuidado, porque isto é complexo, de ir ler exatamente e esclarecer a situação, terminando com proposta de ACEITAÇÃO ou NÃO ACEITAÇÃO por isso, ao votarem a favor ou contra tem a ver com a ACEITAÇÃO ou a NÃO ACEITAÇÃO por isso eu terminava sempre com este cuidado.-----

PONTO Nº1 (UM) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS

MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HIDRICO DO ESTADO, AO ABRIGO DO ARTIGO 19º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foi aprovada a proposta com nove (9) votos contra e uma (1) abstenção.*-
(Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 43/44).-----

PONTO Nº2 (DOIS) - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 28º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com nove (9) votos contra e uma (1) abstenção.*
(Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 45/46).-----

PONTO Nº 3 (TRÊS) - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 99/2018, DE 28 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO, AO ABRIGO DO ARTIGO 36º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com nove (9) votos contra e uma (1) abstenção.* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 47/48).-----

Declaração de Voto.-----

----- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, incluindo as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.-----

Por eleição nesta Assembleia Municipal integro a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, aí fazendo parte da respetiva mesa oportunamente eleita, como Vice-Presidente.-----

Há muito que tenho para mim que a Assembleia Intermunicipal, no conceito dos órgãos executivos da CIM, se assemelha a um órgão decorativo, cuja utilidade não vai além da aprovação dos documentos necessários aos seus desempenhos políticos, técnicos e administrativos.-----

Sobre isso, vemos agora também a ignorância a que as Assembleias Intermunicipais, na sua globalidade, são votadas no tratamento da Descentralização que aqui estamos a tratar, descentralização essa que vem aumentar as competências das CIM's, cuja exercitação vai passar a ser incluída, por exemplo, nos competentes Orçamentos e Planos que, por sua vez serão presentes às Assembleias Intermunicipais, para aprovação, ou não.-----

Sem prejuízo do que acabo de dizer, não deixei de ter a minha opinião acerca das matérias objeto de descentralização para os órgãos municipais e, particularmente para os órgãos das entidades intermunicipais, pois antes de tudo o mais, nestas questões, ponho aquilo que considero melhor para a gestão e coesão territorial e para aumentar a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e, principalmente a sua qualidade de vida.-----

Por isso que, nesta declaração, embora ciente de que o meu voto, em consciência, foi no sentido do que entendo melhor para o meu concelho e para a minha região, nesta Descentralização, tendo em conta a área de abrangência da CIM Viseu Dão Lafões, quero

aqui deixar o sentimento de violentação que senti quando o exerci, pelo desrespeito e menorização a que a legislação que o impõe vota as Assembleias Intermunicipais e que, de alguma forma, no caso da CIM Viseu Dão Lafões, reforça e incentiva o idêntico procedimento que os seus órgãos executivos e alguns Presidentes de Câmara que integram o seu Conselho, têm adotado.-----

Finalmente, também aqui quero deixar, nesta declaração de voto, as minhas concordâncias e solidariedade para com o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões que, na sessão da Assembleia Municipal de Tondela, no passado dia 23, por razões idênticas, se recusou a votar os pontos que tratavam as matérias de descentralização para a CIM Viseu Dão Lafões.-----

Queria pedir também ao Senhor Presidente da Mesa que considerasse, por uma questão de economia de tempo, e para não estar aqui a ser repetitivo, queria que esta Declaração de Voto passasse a constar também na votação dos PONTOS CINCO (5), SEIS (6) e SETE (7). Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado.-----

Íamos então ao PONTO Nº4 (QUATRO) - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO CONCRETIZA, AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 21º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com nove (9) votos contra e uma (1) abstenção.* (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 49/50).-----

PONTO Nº5 (CINCO) - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 101/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA, AO ABRIGO DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com dez (10) votos contra e uma (1) abstenção.* Tem Declaração de Voto. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 51/52).-----

PONTO Nº6 (SEIS) - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 102/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO, AO ABRIGO DAS ALÍNEAS c) E d) DO ARTIGO 37º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com nove (9) votos contra e uma (1) abstenção.* Contém a Declaração de Voto já apresentada. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 53/54).-----

PONTO Nº7 (SETE) - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DOS PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS,**

AO ABRIGO DA ALÍNEA b) DO ARTIGO 14.º E DO ARTIGO 34.º DA LEI N.º 50/2018 DE 16 DE AGOSTO - **PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com dez (10) votos contra e uma (1) abstenção*. Contém Declaração de Voto. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 55/56).-----

PONTO Nº8 (OITO) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NOS SEGUINTE DOMÍNIOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 22.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO; a) INSTALAÇÃO E A GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO; b) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES; c) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES - **PROPOSTA DE ACEITAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com dois (2) votos contra*. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 57/58).-----

PONTO Nº9 (NOVE) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 105/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO, AO ABRIGO DO ARTIGO 17.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - **PROPOSTA DE ACEITAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? *Proposta aprovada com dois (2) votos contra*. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 59/60).-----

PONTO Nº10 (DEZ) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 106/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - **PROPOSTA DE ACEITAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com dois (2) votos contra*. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 61/62).-----

PONTO Nº11 (ONZE) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO - LEI N.º 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 27.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - **PROPOSTA DE ACEITAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Proposta aprovada com dois (2) votos contra*. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 63/64).-----

Terminámos assim este bloco de UM (1) a ONZE (11).-----

Íamos então ao PONTO Nº 12 (DOZE) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSMISSÃO DE AÇÕES DO IHRU, I.P. PARA O MUNICÍPIO DE VISEU - VISEU NOVO SRU - DECRETO-LEI N.º 109/2018 DE 4 DE DEZEMBRO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e os Senhores Deputados. É caso para dizer que Deus escreve direito por linhas tortas, e neste caso concreto da nossa relação da SRU com o IHRU, com esta legislação que agora foi aprovada o Decreto-Lei N.º 109/2018 de 4 de dezembro, o próprio governo vem dizer que não quer continuar a participar nas SRU's e a transferir para as autarquias, neste caso para Viseu a participação que era detida pelo IHRU. Neste diploma

legal, é igualmente sublinhado o papel fundamental dos municípios para o sucesso do processo de reabilitação urbana e para a sua implementação integrada com outras políticas setoriais locais, e atribuindo-se premência a uma transformação no modelo de funcionamento do Estado, no sentido de reforçar e aprofundar esta autonomia local e de alargar a participação dos municípios, incluindo nos domínios da habitação e da reabilitação urbana.-----

Esta extinção das participações sociais efetiva-se mediante a cessão das ações que o IHRU, I. P. tem na SRU, e basicamente esta cessão terá um custo para o município de 4 500€ portanto, são 4 500 ações nominativas que terão um custo de 4 500 euros, mas com um Valor Patrimonial 10 vezes superior aquele que é efetivamente aqui pago, e, portanto, esta cessão das ações, efetiva-se sem alteração do capital social e das reservas da sociedade, mantendo-se o número e o valor das ações nominativas que o representam, ficando obviamente a partir do dia em que isto se consume o município com 100% das ações na SRU, e portanto, aquilo que nós aqui propomos, nos termos do Decreto-Lei n.º 109/2018, é que a Assembleia Municipal delibere, autorizar a Câmara Municipal de Viseu a não exercer o direito de oposição (porque senão ele seria automático) à cessão, ao Município de Viseu, da totalidade das ações, o que em termos práticos implicará que logo que isto seja concluído a SRU passará a ser 100% detida pelo Município de Viseu.-----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira.-----

---- VINTE – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Mais uma vez bom dia a todos e a todas. -----

A reabilitação do edificado é uma questão vital para as cidades. Como refere a “Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis” *“atrair as pessoas e as atividades para o centro das cidades e pôr fim à dispersão das aglomerações que só têm aumentado o tráfego automóvel, o consumo energético e a área do solo ocupada”*, é o caminho a seguir.-----

Durante demasiados anos a prioridade das políticas públicas de habitação foram noutro sentido: apoio financeiro à construção nova e à aquisição de casa própria. A despesa pública em benefícios fiscais e bonificação de juros atingiu o montante de mil milhões de euros por ano. Para reabilitação, o gasto público não chegou a 200 milhões de euros...-----

Há quase 15 anos, através de um novo regime jurídico excecional da reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (Decreto-Lei n.º 104/2004), puderam constituir-se as primeiras Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU).-----

Em Viseu foi criada, com a participação do IHRU como previa aquele diploma legal, a SRU Viseu Novo, com o objeto social de promover a reabilitação urbana das zonas de intervenção: mais de 1.000 edifícios em mais de 100 hectares.-----

Com o Decreto-Lei n.º 307/2009 manteve-se a possibilidade de participação do Estado no capital social das SRU's. E a lei ainda hoje prevê tal participação em caso de excecional interesse público. É a situação que ocorre em Viseu: a reabilitação urbana, isto é, a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido no todo ou em parte substancial, é um caso de excecional interesse público.-----

Agora é-nos colocada a retirada dos 45% do IHRU. A posição do Bloco de Esquerda é muito clara: discordamos daqueles que entendem que a cidade de Viseu deve prescindir do apoio financeiro do Estado nos trabalhos de reabilitação urbana a realizar.-----

Defendemos que a administração central tem responsabilidades, que deve assumir, no financiamento e no acompanhamento das ações de reabilitação urbana a desenvolver pelos municípios.-----

Viseu foi a terceira cidade a ter o IHRU, agora, retirar todo o acompanhamento do estado da SRU parece-nos negativo. Para nós, o Estado deveria até alargar e não retirar o apoio. Porque para nós, a reabilitação urbana é o caminho certo, votaremos contra.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção neste âmbito? Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.---

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é só para esclarecer que depois desta intervenção poderia ficar a dúvida de que houvesse aqui outra alternativa. O Decreto-Lei, o que diz é que é assim, é mandatório. Nós convivíamos bem com o IHRU dentro da SRU, sempre convivemos muito bem com a presença do IHRU, mas também percebemos que face a um conjunto de competências que estão a colocar no IHRU, há aqui depois algum conflito de interesses, que é o IHRU ter programas de apoio aos municípios e num ou noutro município estar a participar na própria decisão, entendemos, e é tanto assim que, quando, o problema nos foi colocado e colaborámos na preparação deste diploma entendemos a posição do IHRU, que no fundo já só tinha duas participações que era Viseu e Porto, portanto, esta saída até nos parece coerente, porque no fundo como o IHRU tem políticas que podem ser aproveitadas e programas que podem ser aproveitados pela SRU de Viseu estaria aqui, enfim, numa posição de estar dos dois lados e portanto, esta saída até se entende desse ponto de vista, obviamente que isto também não significa, antes pelo contrário, quero até relevar aqui publicamente a colaboração muito estreita e sempre muito leal quer do representante anterior, quer da nova representante, foram sempre pessoas extremamente colaborantes, em momento nenhum deixaram de procurar connosco as melhores soluções, e é justo que isto seja dito, porque às vezes nem sempre as coisas correm bem, veja-se o caso do Polis que é completamente a antítese, enquanto aqui houve sempre uma atitude colaborativa e de defesa dos interesses de Viseu, no Polis há uma atitude centralista de querer prejudicar Viseu ao longo deste processo todo, portanto, também é bom que fique até em Ata este meu elogio enquanto Presidente do Conselho de Administração da SRU de Viseu, este meu elogio à participação do IHRU em todos estes anos em que eu sou Presidente da Câmara, só tenho bem a dizer na atitude, portanto, gostava também de aproveitar esta oportunidade para que isto fique em Ata, para que as pessoas também se sintam reconhecidas pela forma como sempre foram corretas e pela forma como sempre... e foi transversal, reparem, apanhámos dois governos diferentes mas a atitude foi sempre exatamente a mesma, portanto, gostava que isso ficasse relevado em Ata.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então iniciar o processo de votação.-----

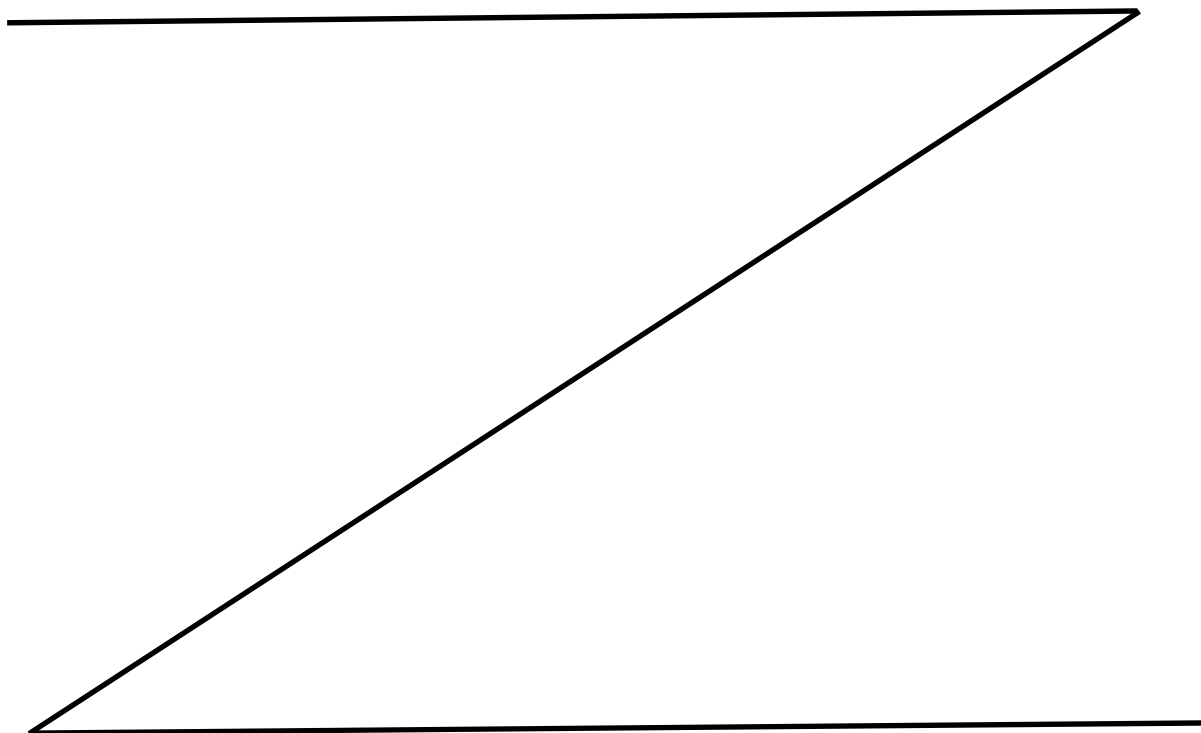
PONTO Nº 12 (DOZE) - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSMISSÃO DE AÇÕES DO IHRU, INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA I.P. PARA O MUNICÍPIO DE VISEU - VISEU NOVO SRU - DECRETO-LEI N.º 109/2018 DE 4 DE DEZEMBRO. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com dois (2) votos contra. (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 65/66).*-----

Terminámos assim esta Sessão Extraordinária, obrigado por toda a colaboração. Boa tarde.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, quando eram doze horas e quarenta e quatro minutos.-----
Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 24 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos	DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO, AO ABRIGO DO ARTIGO 19º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019 que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção — Viseu, 25/01/2019				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos		<p>DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO, AO ABRIGO DO ARTIGO 139.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO</p> <p>nos termos e para os efeitos do disposto</p> <p>na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro</p>					
		<p>Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou</p> <p><i>aprovou por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção -</i></p> <p><i>Viseu, 25/01/2019</i></p>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	UISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42 PS		Rui António da Cruz Martins			X		
43 PS		Cristofe Pedrinho			X		
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)			
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	39	9	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou <i>aprovou por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 25/01/2019				
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÓMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 28.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO			nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019					
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 28º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42 PS		Rui António da Cruz Martins			X		
43 PS		Cristofe Pedrinho			X		
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)			
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	39	9	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 3



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019					
	na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X		
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X		
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X		
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X		
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X		
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X		
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X		
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X		
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X		
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X		
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X		
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X		
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X		
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X		
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X		
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X		
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X		
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X		
21 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X		
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X		
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X		
24 PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X		
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X		
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X		
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X		
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X		
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X		
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X		

ANEXO 3



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (um) abstenção Viseu, 25/01/2019					
GRUPO MUNICIPAL		FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
31	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X		
32	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X		
33	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X			
34	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X		
35	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
36	PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X		
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X	
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X a)	
39	PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X	
40	PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X	
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X	
42	PS		Rui António da Cruz Martins			X	
43	PS		Cristofe Pedrinho			X	
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X	
45	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X	
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X		
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X		
48	CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)		
50	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X		
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X		
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X		
Resultado				3	39	9	1
						0	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 4



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO CONCRETIZA, AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 21.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 4



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019				
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO CONCRETIZA, AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 21.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO			nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandéz			X		
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42 PS		Rui António da Cruz Martins			X		
43 PS		Cristofe Pedrinho			X		
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)			
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	39	9	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 5



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019					
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 101/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA, AO ABRIGO DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO,		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º e n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 5



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos				Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019				
31	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
36	PPD/PSD	VISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X a)		
39	PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
40	PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42	PS		Rui António da Cruz Martins			X		
43	PS		Cristofe Pedrinho			X		
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48	CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X	
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)			
50	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves			X		
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				3	38	10	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 6



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos	DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 102/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO, AO ABRIGO DAS ALÍNEAS c) E d) DO ARTIGO 37º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º e n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9	PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10	PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13	PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17	PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27	PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29	PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30	PPD/PSD	REPESSES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 6



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 39 votos a favor, 9 (nove) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X		
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X		
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X			
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X		
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X		
36 PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X		
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X	
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X a)	
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X	
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X	
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X	
42 PS		Rui António da Cruz Martins			X	
43 PS		Cristofe Pedrinho			X	
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X	
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X	
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X		
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X		
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva				X
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X a)		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X		
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X		
Resultado			3	39	9	1
					0	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 7



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X				
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X					
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X				
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X				
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X				
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X					
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X				
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X				
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X				
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X				
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X				
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X				
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				

ANEXO7



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos			AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro					Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (uma) abstenção Viseu, 25/01/2019				
GRUPO MUNICIPAL			FREGUESIA		NOME		FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira					X				
32	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X				
33	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X							
34	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes					X				
35	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço					X				
36	PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques					X				
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro						X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão						X a)			
39	PS		Manuel José Moleiro Mirandez						X			
40	PS		Carlos Martins dos Santos Portugal						X			
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes						X			
42	PS		Rui António da Cruz Martins						X			
43	PS		Cristofe Pedrinho						X			
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas						X			
45	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau						X			
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes					X				
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X				
48	CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva							X		
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues					X a)				
50	CDU		Maria Filomena de Matos Pires					X				
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves						X			
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses					X				
Resultado					3	38	10	1	0			

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 8



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos	DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NOS SEGUINTE DOMÍNIOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 22.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO; a) INSTALAÇÃO E A GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO; b) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES; c) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro		Viseu, 25/01/2019				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 8



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos			DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NOS SEGUINTES DOMÍNIOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 32.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO; n) INSTALAÇÃO E A GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO; h) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES; c) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO						Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra					
			nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro						Viseu, 25/01/2019					
GRUPO MUNICIPAL			FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE					
31	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira			X								
32	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques			X								
33	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X										
34	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes			X								
35	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço			X								
36	PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques			X								
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X								
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X								
39	PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X								
40	PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X								
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X								
42	PS		Rui António da Cruz Martins			X								
43	PS		Cristofe Pedrinho			X								
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X								
45	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X								
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes			X								
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota			X								
48	CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva			X								
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues					X a)						
50	CDU		Maria Filomena de Matos Pires					X						
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves			X								
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses			X								
Resultado					3	47	2	0	0					

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 9



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 105/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO, AO ABRIGO DO ARTIGO 17.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra			
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro		Viseu, 25/01/2019			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESSES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 9



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 105/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO, AO ABRIGO DO ARTIGO 17.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou renovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra				
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro		Viseu, 25/01/2019				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X				
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X				
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X					
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X				
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
36 PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X				
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X				
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X				
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X				
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal		X				
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X				
42 PS		Rui António da Cruz Martins		X				
43 PS		Cristofe Pedrinho		X				
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X				
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau		X				
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X				
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X				
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X				
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X a)			
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X			
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X				
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X				
Resultado			3	47	2	0	0	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 10



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 106/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra			
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro		Viseu, 25/01/2019			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 10



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra					
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 106/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 16.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro		Viseu, 25/01/2019					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X			
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal		X			
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
42 PS		Rui António da Cruz Martins		X			
43 PS		Cristofe Pedrinho		X			
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X			
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau		X			
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X a)		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	47	2	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 11



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos	AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 27.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra Viseu, 25/01/2019				
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X					
PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X				
PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X				
PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X				
PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X				
PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X					
PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X				
PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X				
PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X				
PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
PPD/PSD	FÁIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X				
PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X				
PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X				
PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X				
PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X				
PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X				
PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X				

ANEXO 11



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 2 (dois) votos contra Viseu, 25/01/2019				
AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 27.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélío Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VEISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X			
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal		X			
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
42 PS		Rui António da Cruz Martins		X			
43 PS		Cristofe Pedrinho		X			
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X			
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau		X			
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X a)		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	47	2	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 12



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 27 votos a favor e 2 (dois) votos contra					
TRANSMISSÃO DE AÇÕES DO IHRU, I.P. PARA O MUNICÍPIO DE VISEU - VISEU NOVO SRU - DECRETO-LEI N.º 109/2018 DE 4 DE DEZEMBRO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109/2018 de 4 de dezembro		Viseu, 25/01/2019					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves	X				
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira	X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 12



Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 2019

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 25 de janeiro de 2019, que deliberou aprovar por 47 votos a favor e 3 (dois) votos contra Viseu, 25/01/2019					
TRANSMISSÃO DE AÇÕES DO IHRU, I.P. PARA O MUNICÍPIO DE VISEU - VISEU NOVO SRU - DECRETO-LEI N.º 109/2018 DE 4 DE DEZEMBRO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109/2018 de 4 de dezembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VISEU	Francisco José Oliveira Cunha Marques		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X			
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal		X			
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
42 PS		Rui António da Cruz Martins		X			
43 PS		Cristofe Pedrinho		X			
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X			
45 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau		X			
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	47	2	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses